

***INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES***  
***CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO***

**2011/2012**



**TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL**

**PERSPETIVA TRIDIMENSIONAL DO BRASIL PARA O ATLÂNTICO SUL**

**DOCUMENTO DE TRABALHO**

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM, SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DA MARINHA PORTUGUESA / DO EXÉRCITO PORTUGUÊS / DA FORÇA AÉREA PORTUGUESA / DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA PORTUGUESA.

***EMÍLIO VANDERLEI RIBEIRO***  
***MAJOR DE INFANTARIA (BRASIL)***



**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

**PERSPETIVA TRIDIMENSIONAL DO BRASIL PARA O  
ATLÂNTICO SUL**

**Emílio Vanderlei Ribeiro**  
**Major de Infantaria – Exército Brasileiro**

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2011/2012

Lisboa - 2012



## **INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

### **PERSPETIVA TRIDIMENSIONAL DO BRASIL PARA O ATLÂNTICO SUL**

**Emílio Vanderlei Ribeiro**  
**Major de Infantaria – Exército Brasileiro**

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2011/2012

Orientador: Maj Eng Adalberto Centenico

Co-orientador: Maj Cav BRA Eduardo Xavier Ferreira Migon

Lisboa - 2012



## **Agradecimentos**

Deixar a Seção de Operações do Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva em pleno 'combate' e o convívio de nobres amigos da saudosa cidade de Boa Vista, no belo Estado de Roraima rumo à Terra dos meus avós foi um desafio e uma bênção divina.

Inicialmente, agradeço ao senhor Capitão de Mar e Guerra VALENTIM JPA RODRIGUES pelo profissionalismo e liderança como conduziu o Curso de Estado-Maior Conjunto 2011/2012, servindo-me de exemplo pelas suas atitudes e pela fidalguia. Como Diretor de Curso, o credível representante da Marinha portuguesa, foi o elo de ligação entre a minha pessoa e o IESM. Sua célebre frase no início do Curso “temos que olhar para tudo como uma oportunidade” me permitiu navegar por mares ainda desconhecidos, e que certamente hoje me fazem um navegador mais culto e à altura do que se espera de um Oficial de Estado-Maior, agora aquilatado pela Escola portuguesa.

Agradeço ao Major Adalberto CENTENICO que, como Orientador e Professor, auxiliou no aprofundamento das questões académicas relacionadas com o pensamento geopolítico. As ideias sugeridas, as anotações às margens dos *drafts*, o estímulo ao cumprimento dos prazos pré-estabelecidos e as orientações em muito contribuíram para a concretização desse trabalho. Ao Major BRA MIGON (co-orientador) e a Professora Doutora ADRIANA Iop Bellintani pelas orientações seguras e competentes, livres, detalhistas e estimulantes. Vosso apoio e amizade facilitaram sobremaneira a realização desse trabalho. Ao fiel escudeiro das tradições de OSÓRIO, o meu muito obrigado.

Aos meus 43 Camaradas de curso, registro a minha admiração e gratidão pelo convívio diário e pela atenção à minha família. Impossível não destacar a “EQUIPA BRAVO” (CANCELINHA, LETRAS, MIRANDA e RAMALHO) e o verdadeiro espírito de equipa presente em todas as oportunidades. Convosco confirmei um pensamento dos Precursores Paraquedistas do Brasil “nenhum de nós é tão bom quanto todos nós juntos”. Ao Camarada de todas as horas e de revisão de todos os trabalhos, RAMALHO, o meu muito obrigado pela colaboração irrestrita e pela amizade sincera, XINGÚ!

Às três mulheres da minha vida, minha amada esposa Ana Paula e minhas adoráveis filhas Gabriela e Ana Luisa, a minha sincera e profunda admiração pela compreensão e carinho durante essa longa caminhada rumo à conclusão desse Curso. Vocês fazem parte dessa aventura e dos seguidos desafios em voar do Rio de Janeiro, para Boa Vista e para Lisboa em apenas seis meses. Apenas espero um dia representar pra vocês tudo o que representam para mim. Amo-as.

Por Portugal e pelo Brasil, pela honra e pela Pátria, que bem hajam!



## Índice

Agradecimentos .....	II
Resumo .....	IV
Abstract.....	V
Palavras-chave .....	VI
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos .....	VII
Introdução .....	1
a. Objeto de estudo e sua delimitação .....	2
- Objeto de estudo .....	2
- Delimitação do estudo .....	3
b. Objetivos da investigação .....	3
- Objetivo Geral.....	3
- Objetivos Específicos .....	3
c. Procedimento Metodológico .....	4
d. Pergunta de Partida e Perguntas Derivadas.....	5
- Pergunta de Partida (PP) .....	5
- Perguntas Derivadas (PD).....	5
- Hipóteses (H) .....	5
1. O quadro geopolítico do Atlântico Sul .....	6
a. O Atlântico Sul.....	6
b. O enfoque geopolítico do Brasil para o Atlântico Sul .....	7
2. A inserção internacional do Brasil .....	12
a. O Sistema Internacional .....	12
b. A Política Externa Brasileira (PEB) no governo Luís Inácio Lula da Silva .....	13
c. A inserção do Brasil no Contexto Internacional no governo Dilma Rousseff.....	15
3. A Política de Defesa Nacional e a Estratégia Nacional de Defesa .....	20
a. A Política de Defesa Nacional .....	20
b. A Estratégia Nacional de Defesa.....	22
4. A perspetiva tridimensional do Brasil para o Atlântico Sul no âmbito da S&D .....	26
a. A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAZ) .....	26
b. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) .....	29
c. O Fórum Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) .....	33
Conclusão .....	37
Referências Bibliográficas.....	42



## **Resumo**

O presente Trabalho de Investigação Individual tem por objetivo verificar o grau de alinhamento e de inter-relacionamento entre os acordos de cooperação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), do Fórum Índia – Brasil – África do Sul (IBAS) e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e os assuntos relacionados à Segurança e Defesa no Atlântico Sul. A análise foi pautada em três manifestações do Governo Brasileiro que balizam o tema: a Política Externa Brasileira, a Política de Defesa Nacional e a Estratégia Nacional de Defesa, tendo o foco no período de 2003 a 2011, correspondente às presidências de Lula e de Dilma Rousseff. O método utilizado foi o de pesquisa exploratória, com ampla revisão da bibliografia e do estudo acerca do modelo de inserção internacional do Brasil. Foi possível concluir que o Brasil adota um padrão que privilegia a diversificação e a não-indiferença e que passou a atuar de modo mais pragmático, ao invés de mera retórica. Verificou-se que o Atlântico Sul tem merecido atenção por parte dos países por ele abrangidos e, embora o cenário em relação à política de segurança do Brasil para esta área esteja confortável e o tema possa ser identificado transversalmente nas publicações analisadas, faz-se necessário intensificar a interação sistêmica entre os Estados, como forma de fortalecer as ações e majorar a capacidade de lidar com as questões na região banhada pelo Atlântico Sul.

Colaboração de Adriana Iop Bellintani. Doutora em História Social pela Universidade de Brasília e PhD em História Latinoamericana pela Universidade de Brasília. Atualmente é a Diretora do Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual de Roraima.



### **Abstract**

*This Individual Study aims to verify the degree of alignment and inter-relationship between the cooperation agreements of the Zone of Peace and Cooperation of the South Atlantic (ZOPACAS), Forum India - Brazil - South Africa (IBSA) and Community of Portuguese Language Countries (CPLP) and issues related to security and defense in the South Atlantic. The analysis was based on three manifestations of the Brazilian Government guiding theme: the Brazilian Foreign Policy, the National Defense Policy and National Strategy Defense, with the focus on the period from 2003 to 2011, corresponding to the presidency of Lula and Rousseff. The method used was exploratory, with a broad review of the literature and the study of a model of international insertion of Brazil. It was concluded that Brazil adopts a standard that focuses on diversification and non-indifference and began to act in a more pragmatic, rather than mere rhetoric. It was found that the South Atlantic has received attention from countries covered by it, and although the scene in relation to security policy in Brazil for this area is comfortable and the theme can be identified across the reports analyzed, it is necessary to intensify systemic interaction between states, in order to strengthen the actions and majorar the ability to deal with the issues in the region bounded by the South Atlantic.*

*Collaboration of Adriana Iop Bellintani, PhD in Social History from the University of Brasilia and PhD in Latin American History from the University of Brasilia. Actualy is the Director of the International Relationship Course in Roraima States University.*



**Palavras-chave**

- Brasil
- África
- Atlântico Sul
- Segurança e Defesa
- Integração Regional





### **Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos**

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas  
ASA – América do Sul-Ásia  
ASPA – América do Sul-Países Árabes  
ASW – Guerra Antissubmarino  
BRIC – Agrupamento Brasil-Rússia-Índia-China  
CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Austral  
CEIIA – Centro para a Excelência e Inovação na Indústria Automóvel  
CNI – Conferência Naval Interamericana  
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa  
CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas  
C&T – Ciência e Tecnologia  
ECEME – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército  
EEA – Empresa de Engenharia Aeronáutica  
END – Estratégia Nacional de Defesa  
EUA – Estados Unidos da América  
FAO – *Food and Agriculture Organization of the United Nations*  
FFAA – Forças Armadas (Brasil)  
IBAS – Fórum Índia-Brasil-África do Sul  
IBSAMAR – Operação entre as Marinhas de Índia-Brasil-África dos Sul  
IDN – Instituto de Defesa Nacional de Portugal  
IESM – Instituto de Estudos Superiores Militares  
IILP – Instituto Internacional da Língua Portuguesa  
MD – Ministério da Defesa do Brasil  
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul  
MINUSTAH – Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti  
MRE – Ministério das Relações Exteriores (Brasil)  
OMC – Organização Mundial do Comércio  
ONU – Organização das Nações Unidas  
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte  
OTCA – Organização do Tratado de Cooperação Amazónica  
PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa  
PDN – Política de Defesa Nacional  
PEB – Política Externa Brasileira



SIBAS – Satélites do IBAS

S&D – Segurança e Defesa

TNP – Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares

UE – União Européia

UNASUL – União Sul-americana de Nações

UNCED – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

UNCSD – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável

ZEE – Zona Económica Exclusiva

ZOPACAS – Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

VBSS – *Vessel Boarding Search and Seizure*



## **Introdução**

Este trabalho tem por objetivo apresentar as linhas de pensamento, as teorias e a percepção geopolítica do Estado brasileiro acerca do tema “Perspetiva tridimensional do Brasil para o Atlântico Sul”. A importância da presente investigação advém da inserção deste tema nos assuntos que dizem respeito à Política Externa Brasileira (PEB), à Política de Defesa Nacional (PDN) e à Estratégia Nacional de Defesa (END) relativamente ao Atlântico Sul. O papel do Brasil na integração Sul-Sul<sup>1</sup> é um assunto amplo e diversificado, tendo diversos aspetos a investigar. Isto se deve à complexidade do cenário sul e internacional, compreendendo diversos atores e interesses, nem sempre coincidentes.

Sobre a importância do tema, tem-se que “a partir da década de 1970, o Brasil passou a empregar crescentemente a cooperação Sul-Sul como forma de propiciar diferentes caminhos à inserção internacional do país, escapando de uma dependência das relações no âmbito Norte-Sul como única saída para alcançar o desenvolvimento almejado. O esforço de cooperação passou a interagir profundamente com temas como segurança e defesa (S&D) (tradicionais das relações entre Estados), ciência e tecnologia, transportes e também foi utilizada como alternativa para a solução de problemas como a fome, o meio ambiente, a saúde pública, a educação e a desigualdade social, que antes eram abordados como assuntos restritos à competência do Estado-Nação” (Maciel, 2010).

Relativamente a essa dinâmica, o estudo da cooperação Sul-Sul tem importância fundamental para os Estados-membros que interagem nos diversos acordos<sup>2</sup> no âmbito do Atlântico Sul e é potencializado como instrumento que auxilia esses atores a procurar uma posição mais consolidada e inovadora na nova ordem internacional emergente. Em segundo plano, e não menos importante, tem-se o próprio ambiente do Atlântico Sul como beneficiário do presente estudo, uma vez que novos dados permitirão uma análise mais pormenorizada dos acordos firmados, potencializando a evolução dessa recente estratégia de ação externa no âmbito dos países participantes.

“O governo brasileiro, no campo da política externa, tem como característica a

---

<sup>1</sup> Envolve as relações no âmbito dos países ao sul do Equador, que sobre o oceano Atlântico Sul se debruçam ou que participam dos Acordos de Cooperação voltados para o sul e estabelecidos como alternativa à dicotomia característica do sistema internacional do período da Guerra Fria.

<sup>2</sup> “Também conhecidos como ‘guarda-chuva’, estabelecem um marco geral de cooperação, devendo ser complementados por instrumentos posteriores, como os Ajustes Complementares ou os Programas Executivos, que implementam os seus amplos dispositivos no plano concreto. Esses tipos de acordos definem o arcabouço institucional que passará a orientar a execução da cooperação” (MRE, 2008).



combinação entre uma política macroeconómica ortodoxa<sup>3</sup> (herdada do governo anterior) e uma política externa heterodoxa<sup>4</sup>. Por intermédio da sua política externa, parece constituir um dos domínios escolhidos para a reafirmação do seu compromisso com a mudança e com uma agenda social-democrata. No plano das ações diplomáticas, ressalta-se a forte componente de uma típica política de equilíbrio em relação à superpotência global<sup>5</sup> com base em alianças com outras potências médias, dentro e fora do espaço regional sul-americano, como é o caso, por exemplo, da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), da iniciativa do Fórum Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)” (Lima, 2005, p.13).

É nesse contexto que se insere a presente investigação: por um lado uma política externa brasileira calçada no equilíbrio e nas alianças, priorizando o espaço Sul-Sul, sem abrir mão das parcerias bilaterais e da liberdade de escolhas; por outro lado a formação de blocos de países em desenvolvimento e vizinhos que carecem de atenção pela importância e magnitude do subcontinente sul-americano e do próprio Atlântico Sul. Ambas perspetivas são amplamente estudadas no âmbito académico e merecem destaque quando analisadas sob a ótica das parcerias de S&D.

Os estudos que, separadamente abordam ZOPACAS, CPLP e IBAS encontrarão neste trabalho a oportunidade de serem identificados como partes integrantes de uma ferramenta que privilegia a cooperação no âmbito do Atlântico Sul, bem como os resultados que hão-de vir com o progresso dessas parcerias e o consequente delinear da perspetiva tridimensional do Brasil para o Atlântico Sul.

#### **a. Objeto de estudo e sua delimitação**

##### **- Objeto de estudo**

O objeto de estudo do presente trabalho é a participação brasileira em mecanismos multilaterais de cooperação - ZOPACAS, CPLP e IBAS.

---

<sup>3</sup> “No governo de Fernando Henrique Cardoso, a política macroeconómica ortodoxa entendeu-se como as ações de política externa que foram subsidiárias à prioridade conferida à manutenção da estabilidade e da credibilidade” (Lima, 2005).

<sup>4</sup> “No governo Lula, ao contrário, a política externa parece ter-se desvinculado da ortodoxia macroeconómica supracitada. A política externa heterodoxa entende-se como o legado desenvolvimentista, conservado por algumas burocracias do Estado brasileiro, e que recuperou espaço na política externa deste governo” (Lima, 2005).

<sup>5</sup> O termo no seu significado político atual foi cunhado no livro “As Superpotências”, escrito por William Thornton Rickert Fox, um professor americano de política na Universidade de Columbia em 1943. Fox usou esta palavra para identificar uma nova categoria de potência capaz de ocupar a posição mais alta num mundo no qual, os estados se podem desafiar e lutar um com outro numa escala global. Segundo ele, houve (naquele momento) três estados que foram superpotências: os Estados Unidos, a União Soviética e o Império Britânico (Fox, 1943).



### **- Delimitação do estudo**

O presente estudo foi limitado aos acordos de cooperação no Atlântico Sul, de forma mais específica à ZOPACAS, à CPLP e ao IBAS. Deste modo, enfocou-se na PEB, na PDN e na END, observando – sempre que tal se justificou – os desenvolvimentos das mesmas nas relações estabelecidas entre os Estados participantes, tentando também efetuar uma visão de conjunto, relacionada com a S&D, de tais acordos.

A presente investigação, no que diz respeito à limitação temporal, focou-se na PEB dos governos Lula e Dilma Rousseff (entre 2003 e 2011) e nos períodos de criação e existência da ZOPACAS, da CPLP e do Fórum IBAS, e efetuou uma análise da consonância de tais cooperações em termos de S&D com as políticas brasileiras associadas ao Atlântico Sul.

Com isso, estima-se que as conclusões do presente estudo possibilitem ao Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM) e ao Ministério da Defesa do Brasil (MD) terem uma visão dos objetivos do Brasil para com o Atlântico Sul.

### **b. Objetivos da investigação**

#### **- Objetivo Geral**

O objetivo geral define o propósito da pesquisa. Na presente investigação, o objetivo geral foi verificar as consonâncias entre os acordos de cooperação, especificamente a ZOPACAS, a CPLP e o IBAS, e os assuntos de S&D no âmbito do Atlântico Sul, sob a ótica da PEB, da PDN e da END.

#### **- Objetivos Específicos**

Os objetivos específicos operacionalizam o objetivo geral. Inicialmente, procurou-se conhecer melhor o enfoque geopolítico do Brasil para o Atlântico Sul; a inserção do País no Contexto Internacional e a PEB, a PDN e a END adotadas pelos governos Lula e Dilma Rousseff, pelo que definimos como primeiro objetivo específico perceber os seus conceitos, prioridades e orientações relativas ao ambiente Sul-Sul. O primeiro objetivo específico forneceu a base teórica necessária à formulação de uma análise consubstanciada do atual modelo de interação entre Estados no âmbito do Atlântico Sul e os preceitos estabelecidos na PEB, na PDN e na END.

Em seguida, foi feita uma análise dos acordos de cooperação voltados para o Atlântico Sul (de forma específica ZOPACAS, CPLP e IBAS), de forma a perceber melhor quais os objetivos, as ações concretas e os resultados advindos dessa forma de relacionamento entre Estados-Nação, priorizando o espectro de S&D. Dessa forma, ficou-se



em condições de verificar as consonâncias entre os acordos de cooperação, especificamente a ZOPACAS, a CPLP e o IBAS, e os assuntos de S&D no âmbito do Atlântico Sul, sob a ótica da PEB, da PDN e da END.

### **c. Procedimento Metodológico**

No que diz respeito ao percurso metodológico, foi seguida a abordagem proposta por Quivy & Campenhoudt (2008), adotada pelo Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM).

Foi utilizada a pesquisa exploratória que permitiu o mapeamento, a descrição e a elaboração de uma classificação inicial para a necessidade ou não de inserção de novos dados relativos à pesquisa em pauta.

A pesquisa bibliográfica possibilitou a apresentação de conceitos teóricos e visão histórica, com foco principal nos dados sobre: o modelo de inserção internacional do Brasil, a PEB, a PDN, a END, a ZOPACAS, a CPLP e o IBAS. Ela englobou literatura de especialistas e estudiosos de modo geral.

Para a definição de termos, levantamento das informações de interesse e estruturação de um modelo teórico de análise foi realizada uma revisão de literatura nos seguintes moldes: fontes e estratégia de busca para as bases de dados eletrônicas; artigos científicos, livros e monografias das bibliotecas da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Brasileiro (ECEME) e do IESM.

Foram utilizados os seguintes termos descritores: "PEB, PDN, END, ZOPACAS, CPLP e IBAS", respeitando as peculiaridades de cada base de dados. Foi pesquisado o acervo disponibilizado através das bases eletrônicas brasileiras, nomeadamente a base "CAPES periódicos". As bibliografias necessárias e que não estavam disponíveis, foram solicitadas através da rede COMUT, ou por intermédio da Embaixada do Brasil em Portugal, nomeadamente com a colaboração da Aditância do Exército e Aeronáutica. Após a pesquisa eletrônica, as referências bibliográficas dos estudos considerados relevantes foram revisadas, no sentido de encontrar artigos não localizados na referida pesquisa.

A metodologia utilizada na investigação teve como base quatro etapas, adaptadas do Método Científico de Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt (2008):

- 1ª Etapa – Elaboração do Plano do Trabalho;
- 2ª Etapa – A Observação (leitura e elaboração de fichas);
- 3ª Etapa – Análise das Informações e Redação; e
- 4ª Etapa – Conclusões e Redação Final.



#### **d. Pergunta de Partida e Perguntas Derivadas**

##### **- Pergunta de Partida (PP)**

PP: Quais as convergências entre os acordos de cooperação ZOPACAS-CPLP-IBAS e a política de segurança<sup>6</sup> do Brasil para o Atlântico Sul?

##### **- Perguntas Derivadas (PD)**

PD1: Qual o enfoque geopolítico do Brasil para o Atlântico Sul?

PD2: Qual o modelo de inserção internacional do Brasil?

PD3: Quais as abordagens da PEB, da PDN e da END quanto ao Atlântico Sul?

PD4: Quais as abordagens da ZOPACAS, CPLP e IBAS no âmbito da S&D para o Atlântico Sul?

##### **- Hipóteses (H)**

H1 relacionada à PD1: O enfoque geopolítico do Brasil para o Atlântico Sul prioriza as relações com os países da América do Sul e da África, em especial com os da África Austral e ainda com os de língua portuguesa.

H2 relacionada à PD2: O modelo de inserção internacional do Brasil prioriza as relações com os países da América do Sul e da África, em especial com os da África Austral e ainda com os de língua portuguesa.

H3 relacionada à PD3: A PEB, a PDN e a END fazem abordagens sobre a S&D no âmbito do Atlântico Sul.

H4 relacionada à PD4: As abordagens da ZOPACAS, CPLP e IBAS, no âmbito da S&D para o Atlântico Sul abrangem áreas passíveis de desenvolvimento de projetos comuns de cooperação e estão voltadas para o reforço do sistema multilateral Sul-Sul.

Com a presente investigação pretendeu-se contribuir para a identificação das potencialidades dos acordos de cooperação no âmbito do Atlântico Sul em termos de S&D e, de tal forma, caracterizar as oportunidades onde haja possibilidade de aproveitamento da sinergia na associação de uma ou mais atividades incrementadas por tais dispositivos, com vistas a desenvolver ainda mais o ambiente Sul-Sul. Assim, têm-se na sequência: o quadro geopolítico do Atlântico Sul e as prioridades do Brasil; o modelo de inserção internacional utilizado nos governos Lula e Dilma; a PEB, a PDN e a END e os assuntos de S&D; e por fim as abordagens da ZOPACAS, da CPLP e do IBAS em relação ao Atlântico Sul no âmbito da S&D.

---

<sup>6</sup> Na presente investigação, a Política de Segurança engloba a PEB, a PDN e a END; e como tal deve conter as diretrizes, metas e anseios que definem o Brasil pretendido.





## **1. O quadro geopolítico do Atlântico Sul**

O objetivo deste capítulo é construir um referencial teórico sobre o quadro geopolítico do Atlântico Sul, abordando as suas características enquanto oceano e o enfoque geopolítico atribuído pelo Brasil.

### **a. O Atlântico Sul**

“O Atlântico Sul sempre foi, o menos militarizado de todos os oceanos, permanecendo ainda hoje ao largo dos conflitos entre as grandes potências navais” (Almeida, 2011). A área geopolítica do Atlântico Sul, engloba os espaços: marítimo, terrestre e aéreo; limitados a norte pelo Equador, a sul pela Antártida, a este pelos países ribeirinhos da costa ocidental de África a sul do Saara, e a oeste pela costa meridional da América do Sul.

A importância do Atlântico Sul decorre principalmente do papel deste oceano no âmbito do tráfego marítimo onde se destacam as ligações com o oceano Índico (rota do Cabo), com o Pacífico (Estreito de Magalhães), o canal do Beagle e a Antártida. Decorre também da existência de importantes reservas de hidrocarbonetos, tanto na costa Africana, como na costa sul-americana. Segundo o General Mattos, “o Atlântico Sul propicia-nos, também, uma fonte de recursos económicos da maior importância. Além da pesca, podemos explorar os hidrocarbonetos, os minerais e os vegetais” (Mattos, 2011, p. 257). Considera-se assim que a segurança económica é o denominador comum entre membros desta comunidade e que a necessidade de manter as trocas comerciais ao longo das rotas e vias de comunicação livres é o fator decisivo na política e estratégia comuns.

Conforme Almeida (2011), “o pensamento geoestratégico identifica no Atlântico Sul todos os elementos da tetralogia das missões atribuídas às frotas navais: domínio dos mares, projeção de potência, presença naval e dissuasão estratégica”. “Paralelamente a esta necessidade de segurança militar no Atlântico Sul existe a necessidade de manter o acesso do comércio marítimo aos mercados externos” (Mattos, 2011, p. 238).

Com o fenómeno da globalização, os países viram-se forçados por um lado a estruturarem posturas comuns num processo de regionalização e, por outro, a estreitarem as relações com parceiros estratégicos em todos os continentes. No entanto, identificar o Atlântico Sul “como espaço do mar e de margens indispensável à segurança do Norte do Atlântico” (Matias, 2010), única e simplesmente, parece conduzir os pensamentos de hoje à colonização de ontem. O que se espera é que os Atlânticos de Sul e de Norte, ligados pelas suas águas, sejam também encarados como oportunidades de investimento, segurança, defesa e crescimento mútuos.





## **b. O enfoque geopolítico do Brasil para o Atlântico Sul**

A geopolítica é determinante na elaboração de políticas e estratégias de uma nação, entrelaçando geografia e política, conforme ensina Meira Mattos: “Geopolítica é palavra polêmica. Sua composição semântica vem de geo - terra, e política - arte de governar. As relações da terra e o homem já eram tratadas antes do surgimento da Geopolítica, no campo da Antropogeografia e da geografia política” (Mattos, 1975).

A eleição do Atlântico Sul como região indispensável para os interesses do Brasil, sobretudo nos campos político e militar, é uma apologia de intelectuais importantes. Meira Mattos defendia que a geografia nos induzia a dispensar grande importância ao Atlântico Sul e ao continente americano. Assim se expressava: “No cenário político-militar do globo, por força de nossa posição geográfica, estamos vinculados à estratégia de duas grandes áreas: do continente americano e do Atlântico Sul” (Mattos, 1975).

Na década de 1970, Castro (1994) fez ingerências sobre a geoestratégia do Atlântico Sul, sobre a ocupação da Antártica, a integração do Cone Sul, a bacia do Caribe e os problemas amazônicos, todos esses espaços geopolíticos, considerados estratégicos para o Brasil.

O crescimento atual brasileiro, associado ao estado democrático de direito vigente, a simpatia com a paz e o apoio do povo aos seus governantes conduzem o Brasil a atingir um novo *status* no seio internacional. Segundo Mattos (1975): “Nosso desenvolvimento acarretará o peso de grandes responsabilidades na área de segurança externa. A nova posição do Brasil como potência exige a consolidação e expansão do papel estratégico do país em duas grandes áreas de interesse: o Atlântico Sul e a bacia amazônica”.

Não obstante, a confiança de que o Brasil virá a desempenhar um importante papel no cenário mundial originou uma consciência de segurança no Atlântico Sul. Quanto a esse aspecto, o general Meira Mattos fez a seguinte abordagem: “Devemos chegar ao fim do século XX com um dispositivo militar de segurança, garantindo nossa utilização de rotas marítimas e aéreas do Atlântico Sul e aí criando uma dissuasória força estratégica de alta mobilidade” (Mattos, 1975).

Apesar de se referir à importância da África e do Atlântico Sul na defesa do continente americano, Mattos (1975), inseria o conceito de defesa continental e a concepção de defesa da América. O seu enfoque era a união das nações do continente no campo militar, mesmo que sob um ambiente diferente do atual, com embates ideológicos entre comunismo e democracia. “Embora a ideia de defesa continental corresponda a uma atitude predominantemente defensiva e o conceito de manutenção do estreito do Atlântico



envolva, essencialmente um comportamento ofensivo, ambas as ideias se combinam na mais moderna e dinâmica concepção de segurança da América.”

Mattos (1975) aduziu que há preocupações geopolíticas quanto ao fortalecimento de poder do Brasil no Atlântico Sul e à necessidade de um maior desenvolvimento científico, tecnológico e industrial, que respaldassem as necessidades de segurança ante o conflito de interesses globais. “No âmbito do desenvolvimento económico e social, encerra-se a necessidade de educação, saúde, de industrialização, de avanço tecnológico e científico. Não passou despercebido aos nossos geopolíticos que um maior desenvolvimento representa aumento de poder, e que o mesmo terá maior competitividade e, portanto, maior necessidade de segurança interna e externa”.

O pensamento geopolítico brasileiro nos últimos setenta anos foi assim resumido: “Com esta visão de validade presente e atuante da Geopolítica, pretendemos rever a eficácia das principais diretrizes estratégicas propostas pelos geopolíticos brasileiros nestes últimos setenta anos. Resumindo-as temos: Interiorização, Integração territorial, Fortalecimento da presença estratégica no Atlântico Sul, Desenvolvimento económico e social, Segurança externa e interna” (Mattos, 1975).

Nessa linha de pensamento, é possível creditar também ao general Meira Mattos (1975) as primeiras atenções do Brasil para a possibilidade de reagrupar os povos que utilizam o português numa comunidade. Essa ideia foi defendida já em 1962, durante uma exposição relativa ao seu pensamento sobre o futuro do então Ultramar Português, vindo a concretizar-se 34 anos depois, em 1996, com a criação da CPLP.

Há ainda que ressaltar, conforme defende Fontoura (2001), a relevante participação do então embaixador do Brasil em Lisboa, José Aparecido de Oliveira, na criação da CPLP. Segundo o mesmo autor, o embaixador: “Venceu obstáculos que pareciam insuperáveis, convenceu opositores, entusiasmou reticentes, mobilizou vontades, congregou esforços, consertou desavindos”.

Da mesma forma o fez o ex-embaixador lusitano no Rio de Janeiro há mais de dez anos, Doutor Martinho Nobre de Melo, descrito por Mattos (2011, p. 76) como: “O ilustre diplomata, que tanto brilho deu à cultura portuguesa no Brasil, via a comunidade luso brasileira com um sentido político e dinâmico. Pensava associar as tradições e a posição estratégica de Portugal na África e na Ásia ao dinamismo vigoroso desta nação (o Brasil) de cerca de 65 milhões de habitantes (à época) e possuidora de um território imenso, maior que o dos Estados Unidos da América do Norte (sem o Alasca e o Havaí).”



Além da integração via CPLP, o Brasil tem realizado inúmeras reuniões e parcerias bilaterais com os diversos países lusófonos no intuito de aproximar ainda mais as nações que comungam do mesmo idioma e de vislumbrar as diversas oportunidades de sinergias quando o assunto é o Atlântico Sul. No mundo pós-Guerra Fria, a África tem tido um papel de destaque para a PEB. “Além de terem significativo peso histórico na formação da nação, os países africanos também são parte do movimento adotado pela PEB. O argumento central é que o novo lugar ocupado pela África no cenário internacional coincide com o Brasil global” (Saraiva, 2010).

No entanto, o sucesso das relações baseadas na cooperação esbarra em alguns obstáculos, sobretudo os relacionados com segurança e defesa. Apoiando-se na asserção de Oliveira (2006) sobre o Brasil, tem-se que: “O descaso com as políticas de segurança e defesa nacionais tem origem em quatro causas; a) ao superar o passado autoritário, uma parte articulada da sociedade rejeitou as forças armadas; b) os governantes e legisladores pareciam acreditar que não havia problemas de defesa e segurança; c) vigorou uma forte competição temática pelo interesse dos partidos e da sociedade civil; d) as carências sociais gritantes impediram que as prioridades acolhessem a defesa nacional”.

Conforme elucida Ribeiro (2011, p. 4), “enfocando questões de segurança no Atlântico Sul, as percepções de ameaças decorrem, além das instabilidades locais, da probabilidade de conflitos por áreas marítimas devido à presença de potências externas à região e a riquezas naturais existentes nas plataformas continentais dos países sul-atlânticos, ainda em processo de delimitação. Diante disso, o novo conceito estratégico da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) aprovado no documento “*NATO 2020: Assured Security, Dynamic Engagement*” em 2010 suscitou debates a respeito da segurança no Atlântico Sul. O documento enfatiza a abertura de diálogo com organismos internacionais e regionais, além de sugerir coordenação de exercícios militares com países não-pertencentes ao limite geográfico da organização<sup>7</sup>.

Nesse sentido, o Brasil já se mostrou contrário a qualquer intervenção da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) no Atlântico Sul. Tal afirmação foi comprovada durante uma palestra no Instituto de Defesa Nacional (IDN), em Lisboa, proferida pelo então Ministro da Defesa Nelson Jobim: “Vejo com reservas, quaisquer iniciativas que procurem, de alguma forma, associar o Norte do Atlântico ao Atlântico Sul – sendo o sul, área geoestratégica de interesse vital para o Brasil. As questões de segurança

<sup>7</sup> NATO 2020: *Assured Security; Dynamic Engagement*. Lisboa, 2010.



das duas metades desse oceano são distintas. Depois da Guerra Fria, a OTAN passou a servir de instrumento do seu membro exponencial, os Estados Unidos da América (EUA), e dos aliados europeus. Por meio do novo conceito da aliança, divulgado em 1999, a força pode intervir em qualquer parte do mundo a pretexto de ações antiterror ou humanitárias, e de contenção às ameaças à democracia ou nas agressões ambientais” (Jobim, 2010).

Não menos relevante, por ocasião da 24ª Conferência Naval Interamericana (2010), a Marinha do Brasil declarou que planeia a construção de 11 grandes navios para patrulhar de forma “constante” as jazidas petrolíferas no oceano Atlântico. Segundo o comandante da Marinha, Almirante Moura Neto, em entrevista coletiva realizada, “queremos patrulhar permanentemente nas proximidades dos campos petrolíferos. Isso se chama fator de dissuasão” (Neto, 2010).

No marco desta estratégia, segundo Neto (2010), “já se iniciou a construção de quatro submarinos convencionais e está-se a preparar um estaleiro para o fabrico de um submarino de propulsão nuclear, que será desenvolvido em associação com a França e que previsivelmente estará operacional em 2022”.

O comandante da Marinha explicou ainda que além da defesa da riqueza petrolífera do país, o aumento da frota vai servir para patrulhar o restante das águas de jurisdição brasileira (área designada como a “Amazónia Azul<sup>8</sup>”), cuja ampliação está a ser discutida com as Nações Unidas.

Atualmente o Brasil conta com uma área exclusiva marítima de 3,6 milhões de quilómetros quadrados, que o Governo quer ampliar para 4,5 milhões de quilómetros quadrados. A ONU aceitou já 750 mil quilómetros quadrados e discorda dos critérios técnicos usados nos 200 mil restantes. O Brasil está a rever os cálculos e a realizar novas medições para reforçar aquela proposta. Moura Neto considera ainda que na América Latina existe um “clima de paz relativa”, embora refira que isso não se contrapõe a que o Brasil “se prepare para ter capacidade de dissuasão” (Neto, 2010).

Pelo exposto, a estratégia proposta pelos intelectuais brasileiros advoga a relevância do Atlântico Sul como espaço geopolítico prioritário para a defesa e cooperação regional do Brasil, desenvolvendo associações com Portugal e com as demais nações africanas, e sobretudo com as lusófonas. Seguindo este raciocínio a CPLP e as relações bilaterais mostram-se como iniciativas de interesse e validade para o Brasil.

---

<sup>8</sup> É o espaço delimitado pelas extensas marcações geográficas de norte a sul e pelas águas sobrepostas à plataforma continental brasileira, abarcando também riquezas encobertas pelas profundidades abissais que vão além desse limite estabelecido em acordos internacionais por meio dos quais legitima-se a soberania no mar.



Relevante é ainda o propósito brasileiro em excluir a OTAN dos assuntos relacionados com o Atlântico Sul e fazer sobressair o entendimento prioritário no desenvolvimento de condições militares dissuasórias na defesa e segurança da “Amazônia Azul”. Nesse contexto, enquadra-se “a eventual utilidade em se resgatar a ZOPACAS como instrumento de aproximação com a costa ocidental do continente africano e a consolidação do Atlântico Sul como área de estabilidade político-militar” (MD, 2004, p. 127).

Do exposto, e coerente com a H1 para a PD1, conclui-se, no âmbito do presente capítulo, que o enfoque geopolítico do Brasil para o Atlântico Sul prioriza as relações com os países da América do Sul e da África, em especial com os da África Austral, voltados para o grande Oceano, e em especial com os de língua portuguesa e que integram a CPLP.



## **2. A inserção internacional do Brasil**

O objetivo deste capítulo é construir um referencial teórico sobre a inserção internacional do Brasil, abordando a evolução do País ao longo do tempo e os resultados alcançados. Buscar-se-á compreender como este processo vem evoluindo nos diversos campos do Poder, com especial destaque para a área de S&D.

### **a. O Sistema Internacional**

“O Brasil, como tem sido demonstrado por esta crise, conta com uma estrutura macroeconómica que fornece uma ótima base em termos de política económica. Acho que o Brasil é possivelmente o que está mais bem posicionado, em termos de mudanças necessárias para cumprir as previsões que fizemos para 2050, ou para o que eu disse sobre 2020. O Brasil tem em muitos sentidos mais atributos de um país desenvolvido em termos de suas políticas e de sua sociedade” (O'Neill, 2009, p. 1).

O ano de 2012, que ora se inicia, traz consigo “sentimentos oriundos basicamente do jogo de poder quotidiano que estrutura as relações internacionais, sendo eles:

- Receios de que o mundo de amanhã nada mais seja do que a repetição dos dias que vivemos hoje (conflitos políticos, disputas territoriais, divergências económicas, desigualdades regionais, disparidades socioeconómicas, etc);
- Dúvidas sobre a existência política para alterar este quadro, já que se enfatiza constantemente a necessidade de se estabelecer uma nova ordem mundial mais justa, mais equitativa, mais humana, mas pouco é feito;
- Desejos de que a ordem internacional realmente se transforme, abrindo espaços para que todos os Estados – independentemente do seu tamanho, poder e ideologias – participem de forma equânime nas tomadas de decisão das políticas globais, uma vez que medidas assumidas no contexto das relações internacionais têm sempre implicações nas políticas domésticas de todos os países do mundo” (Miyamoto, 1991).

Conforme Kennedy (1989), “o sistema internacional periodicamente reorganiza-se, possibilitando através dos seus interstícios que países ascendam enquanto outros experimentam uma trajetória oposta, declinando de importância, ao longo do tempo”.

Segundo Miyamoto (1991), “ainda que não se deva e nem se possa absolutizar as relações internacionais explicando a dinâmica do seu funcionamento através única e exclusivamente da vertente do poder, o sistema internacional, na medida em que não permite uma equidade mundial, mostra-se atrelado à estrutura de poder vigente. As disparidades existentes entre ricos e pobres acabam por moldar as relações internacionais”.



**b. A Política Externa Brasileira (PEB) no governo Luís Inácio Lula da Silva**

A inserção do Brasil no sistema internacional na década de 90 era vista da seguinte forma: “É nesse mundo áspero, sem compaixão, nem filantropia que teremos de operar nossa inserção, não a desejável ou ideal, que requereria um mundo ideal, e um País ideal, mas a necessária, a inevitável, a resultante do ponto de encontro entre as oportunidades e limitações do sistema internacional e as do Brasil” (Ricúpero<sup>9</sup>, 1991).

Nesse contexto, Cervo (2002) afirma que, “a atual estratégia de inserção internacional do Brasil, de acordo com as linhas mestras da política externa, guarda alguma semelhança com as orientações da política externa no período pós-Guerra Fria. Na prática, a gestão externa do governo de Luís Inácio Lula da Silva e da atual presidente Dilma Rousseff está mais próxima da estratégia da autonomia pela diversificação<sup>10</sup>”.

“As recentes ações externas brasileiras caracterizam-se por uma intensa atividade diplomática, que, embora pautada no respeito aos princípios clássicos do direito internacional – através de ações que refletem a reciprocidade nas relações internacionais, a reação às tentativas de hegemonia unipolar nas Américas e a busca de um espaço mais amplo do Brasil e da região no sistema internacional – tem dado lugar à construção de novos paradigmas” (Verenhitch, 2007).

Esses novos paradigmas podem ser caracterizados a partir do discurso e da ação da atual PEB, segundo o ex-presidente Lula (2006): “Não aceitamos como facto consumado uma ordem internacional injusta. Nossa atuação diplomática é fundada na defesa de Princípios, mas também na busca de resultados. Tem uma dimensão utópica sem deixar de ser pragmática. Em um mundo globalizado e interdependente, nossa contribuição à paz e à democracia é determinada pelo Princípio da Não-Indiferença”.

Essa nova política reveste-se de aspetos humanistas, e percebe-se da importância de um diálogo Sul-Sul e de se assumirem responsabilidades no sistema internacional. O Brasil, que sempre se regeu, nas suas relações internacionais, pelo princípio da não-ingerência<sup>11</sup>, deixa claro, através das palavras do seu ex-chanceler Celso Amorim<sup>12</sup>, que “o governo Lula tem associado a esse Princípio básico uma atitude que descrevemos como de

<sup>9</sup> Embaixador brasileiro em Washington na década de 90.

<sup>10</sup> “Caracterizada como a adesão do país aos princípios e às normas internacionais por meio de alianças Sul-Sul, inclusive regionais, e de acordos com parceiros não tradicionais (China, Ásia-Pacífico, África, Europa Oriental, Oriente Médio, etc.), pois acredita-se que eles reduzem as assimetrias nas relações externas com países mais poderosos e aumentam a capacidade negociadora nacional” (Vigevani, 2007, p. 283).

<sup>11</sup> “Fundamentalmente, o princípio da não-ingerência, elemento que se faz presente na atuação externa brasileira desde o século XIX, cristalizado pela Constituição Federal de 1988, dá lugar, na Política Externa Brasileira, ao princípio da não-indiferença” (Verenhitch, 2007).

<sup>12</sup> Atualmente é o Ministro da Defesa do Brasil.





“não-indiferença”. Temos prestado nosso apoio e solidariedade em situações de crise, sempre que somos solicitados e consideramos ter um papel positivo” (Amorim, 2005).

A política internacional do Brasil – pela qual o país se insere num sistema internacional – engloba a política externa e divide-se atualmente, por sua vez, em duas estratégias diplomáticas: por um lado, a luta pelo reforço do sistema multilateral e, por outro, uma política voltada aos países do Sul. Assim, segundo a PDN (2005), “para o Brasil, país de diferentes regiões internas e de diversificado perfil, ao mesmo tempo amazónico, atlântico, platino e de Cone Sul, a conceção do espaço regional extrapola a massa continental sul-americana e inclui, também, o Atlântico Sul”.

Nesse contexto, e em consonância com a PEB, é possível identificar ainda na PDN (2005) as seguintes prioridades: “o Brasil atribui prioridade aos países da América do Sul e da África, em especial aos da África Austral e aos de língua portuguesa, buscando aprofundar seus laços com esses países. A intensificação da cooperação com a CPLP, integrada por oito países distribuídos por quatro continentes e unidos pelos denominadores comuns da história, da cultura e da língua, constitui outro fator relevante das nossas relações exteriores”.

Não obstante, é possível ainda caracterizar mais um traço da estratégia da “autonomia pela diversificação”, já citada e definida anteriormente, também protocolizada na PDN, com a seguinte descrição: “O Brasil tem laços de cooperação com países e blocos tradicionalmente aliados que possibilitam a troca de conhecimento em diversos campos. Concomitantemente, busca novas parcerias estratégicas com nações desenvolvidas ou emergentes para ampliar esses intercâmbios” (PDN, 2005).

“Já no plano da diplomacia económica multilateral, as orientações do governo pautaram-se pela revitalização e ampliação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL); pela intensificação da cooperação com a América do Sul e com os países africanos; pelas 'relações maduras' com os Estados Unidos; pela importância das relações bilaterais com potências regionais como China, Índia, Rússia e África do Sul; pela ampliação do número de membros permanentes no Conselho das Nações Unidas; pela participação nos principais exercícios multilaterais em curso – Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), negociação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e entre o MERCOSUL e a União Europeia (UE) –, assim como na conformação das novas regras que irão reger as relações económicas com vistas à defesa dos interesses dos países em desenvolvimento” (Lima, 2005, p.12).





É nesse sentido que, não se pode negar a intensa vontade do ex-presidente em demonstrar ao mundo a suposta vocação brasileira para liderança dentro do grupo de países em desenvolvimento. Conforme Lopes (2004), “Lula parece ter encontrado, no Sul, o local; e na tática de aproximação, via eixo Sul-Sul, a oportunidade para implementar uma estratégia maior: pensar os ganhos e o relacionamento do Brasil em relação ao Sul não apenas como complementares às suas relações com o Norte. Assistiu-se a um momento em que ir à África ou ao Oriente Médio parece ter um fim em si mesmo: levar negócios brasileiros além-mar e mostrar o *know-how* brasileiro em terras de grande potencial, conquanto subaproveitadas”.

A importância da participação do Brasil nos fóruns internacionais e nos acordos de cooperação decorrem da própria dimensão continental do país, combinada com a capacidade de articulação com os demais países sul-americanos, com os países africanos, com os países de língua portuguesa e com os países emergentes.

O ponto importante dessas aproximações vai muito além de um mero simbolismo. Há elementos simbólicos, é claro, principalmente em África (culturais, sociais etc.), mas há intenções económico-comerciais muito sólidas. Comitativas presidenciais, como as que têm sido formadas pelo governo nas suas viagens internacionais, demonstraram vontade e volume de ações por parte do Brasil. “O governo Lula identificou nessas visitas a oportunidade de unir semelhantes. É, sim, uma oportunidade de suprir o atraso tecnológico e económico nacionais, por intermédio de alianças. A estratégia brasileira tem uma operacionalidade muito racional” (Lopes, 2004, p. 324).

Identificou-se portanto, no período dos dois mandatos do ex-Presidente Lula, um direcionamento para as relações sul-sul, com a escolha da América do Sul, África e Atlântico Sul como áreas prioritárias e ainda uma intensificação na “estratégia da autonomia pela diversificação”, por intermédio da qual o País ganha espaço no sistema internacional, aparecendo como ator ativo no cenário global. As atenções do governo Lula se concentraram mais sobre as expressões política e económica, com um forte enfoque no comércio internacional, ficando os assuntos de S&D num plano secundário.

### **c. A inserção do Brasil no Contexto Internacional no governo Dilma Rousseff**

Com o objetivo de prestar contas das ações do Poder Executivo em 2010 e detalhar as que serão empreendidas a partir de 2011, a Presidente da República do Brasil Dilma Rousseff encaminhou, na abertura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª legislatura,



uma Mensagem ao Congresso Nacional<sup>13</sup>. Nesta Mensagem, Rousseff (2011) ressaltou que “a política externa estará baseada nos valores clássicos da tradição diplomática brasileira: a promoção da paz, o respeito ao princípio de não-intervenção, a defesa dos Direitos Humanos e o fortalecimento do multilateralismo”.

No que diz respeito à América do Sul, foram registrados importantes avanços, como a retomar do dinamismo comercial e do crescimento. De acordo com Rousseff (2011), “O subcontinente sul-americano representou, em 2010, 16,4% do comércio total do Brasil com o mundo, ultrapassando o volume de comércio com os EUA. Foi ressaltado que o País registra um *superavit* comercial com todos os países da região, salvo com a Bolívia, em função do fornecimento de gás ao Brasil. A relação com a Venezuela gerou um *superavit* de US\$ 3,021 bilhões; com a Argentina, de US\$ 4,096 bilhões; e com o Paraguai, de US\$ 1,936 bilhão. O avanço na integração física, energética e da infraestrutura entre o Brasil e os seus parceiros sul-americanos é uma questão de extrema relevância”.

Em prol de um cenário de integração, buscou-se o fortalecimento da União Sul-Americana de Nações (UNASUL). “A UNASUL ganhou nova visibilidade internacional e impulsionou iniciativas políticas de grande projeção, como a coordenação da assistência ao Haiti, tendo o Brasil contribuído com US\$ 40 milhões” (Rousseff, 2011).

Além do fortalecimento da UNASUL e do MERCOSUL, a relação entre o Brasil e os países da América do Sul foi ainda mais consolidada por meio de diversas iniciativas. Conforme Rousseff (2011), “o Brasil passou a apoiar reivindicações argentinas sobre as ilhas Sandwich e a Geórgia do Sul, além das Malvinas. Foi adotada a Declaração Nuclear que traz uma nova moldura em matéria de política nuclear e cooperação tecnológica, o que já permitiu uma evolução favorável na construção conjunta de dois reatores de pesquisa a partir de um projeto argentino”.

A participação dos brasileiros nas Forças da Organização das Nações Unidas (ONU) – especialmente na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) – é emblemática no compromisso com a paz e a estabilidade democrática. De acordo com Rousseff (2011), “no Haiti, o Brasil se posicionou como um dos grandes parceiros no pós-terremoto: mobilizou intensa assistência humanitária, com recursos da ordem de US\$ 171 milhões; aumentou seu contingente na MINUSTAH; e integrou a

<sup>13</sup> “É o instrumento de comunicação oficial entre os Chefes dos Poderes Públicos, notadamente as mensagens enviadas pelo Chefe do Poder Executivo ao Poder Legislativo para informar acerca da Administração Pública; expor o plano de governo por ocasião da abertura de sessão legislativa; submeter ao Congresso Nacional matérias que dependem de deliberação de suas Casas; apresentar veto; enfim, fazer e agradecer comunicações de tudo quanto seja de interesse dos poderes públicos e da Nação” (Manual de Redação da Presidência da República, 2002).



Comissão Interina, criada para aprovar os programas da reconstrução”.

Em relação a defesa da reforma dos organismos de governança mundial, em especial do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), Dilma afirma que “é natural que um país como o nosso, que busca internamente ser cada vez mais justo, também sustente na esfera internacional a necessidade de democratização das relações entre os Estados. O desafio de consolidação de um mundo multipolar corresponde, no plano externo, ao projeto, essencialmente brasileiro, de proporcionar a todos o acesso às mesmas oportunidades” (Rousseff, 2011).

Na ONU, o Brasil assumiu, pela décima vez, um assento não permanente no CSNU. Na área de desarmamento, o País participou da Cúpula de Segurança Nuclear, presidiu à Conferência do Desarmamento, participou da II Reunião das Zonas Livres de Armas Nucleares e da VIII Conferência de Exame do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP). Recentemente, José Graziano da Silva foi eleito<sup>14</sup> para o cargo de Diretor-Geral da *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO).

O ano de 2010 foi também marcado pela continuação do processo de adensamento das relações do Brasil com a África. Ressalta-se a realização do “Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural”. A própria Presidente da República, como Ministra do governo Lula, participou da I Cúpula Brasil-Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (Brasil-CEDEAO), em Cabo Verde, e em seguida visitou a África do Sul, a Guiné-Equatorial, o Quênia, a Tanzânia e a Zâmbia, demonstrando a importância dada pelo Brasil às relações com a África.

O Brasil foi sede da Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa em 2010, na qual se discutiram a valorização da língua e a sua projeção internacional. A delegação brasileira marcou presença na VIII Cúpula da CPLP, em Luanda, reafirmando a prioridade do governo brasileiro dada aos assuntos que envolvem a CPLP.

No âmbito das relações com a Ásia e com a Oceania, Rousseff (2011) “destacou a consolidação da China como principal parceiro do Brasil no mundo e a significativa ampliação do intercâmbio com a região. No âmbito político, regista-se a visita da Presidente ao Irão; as visitas do Presidente da China (Hu Jintao), do Primeiro-Ministro da Índia (Manmohan Singh) e dos Chanceleres da Nova Zelândia e da Austrália ao Brasil”.

<sup>14</sup> Disponível em <http://www.fao.org/>, [Consult. 06 jan. 2012].



Rousseff (2011) inferiu que, “no âmbito do Fórum de Diálogo IBAS e do agrupamento Brasil-Rússia-Índia-China (BRIC<sup>15</sup>), o Brasil teve atuação proeminente em 2010, tendo sediado a IV Cúpula IBAS e a II Cúpula BRIC, realizadas em Brasília. O País teve ainda uma ação destacada como coordenador regional sul-americano das Cúpulas América do Sul-Países Árabes (ASPA) e América do Sul-África (ASA). Estreitar a coordenação política, aprofundar a cooperação triangular no âmbito do IBAS e buscar a ampliação da agenda político-estratégica do BRIC são linhas de ação do Governo, além de esforços para a conclusão da Rodada Doha e a conclusão da negociação do Acordo de Associação MERCOSUL-UE”.

Foram também intensificadas as relações Brasil-Estados Unidos. Durante a visita ao Brasil da Secretária de Estado norteamericana, Hillary Clinton, destaca-se a assinatura do Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa e do Acordo sobre Segurança de Informação Militar. Com o Canadá, foram criados o Diálogo de Parceria Estratégica, o Foro de Altos Executivos e o Diálogo Político-Militar.

A agenda internacional brasileira também buscou a intensificação das relações com a Europa. Ocorreram visitas oficiais a Portugal e à Rússia, participações na IV Cúpula Brasil-UE e na VI Cúpula América Latina e Caribe-UE. Segundo Rousseff (2011), “objetiva-se aprofundar a parceria estratégica com a UE e construir novas alianças com países europeus em áreas específicas: aeroespacial (Ucrânia), energia (Noruega, Reino Unido, Rússia), esportes (Reino Unido), mudança do clima e meio ambiente (França, Noruega), defesa (França, Itália, Rússia, Suécia), reforma da governança global (Alemanha, França, Reino Unido), financeira (Alemanha) e telecomunicações (Espanha, Finlândia, Portugal)”.

De acordo com Migon (2011, p. 40), “verifica-se que o Brasil vem se inserindo como *global player* do sistema internacional, com uma agenda mais condicionada ao entorno estratégico, a exemplo do MERCOSUL, UNASUL e CDS<sup>16</sup>, e outra mais alargada, como no âmbito do BRICs e IBAS”.

Com isso, identifica-se que a PEB tem-se baseado na “estratégia da autonomia pela diversificação” de mercados e de parceiros, com prioridade para os acordos sul-sul, principalmente no âmbito da CPLP e do IBAS. Lula e Rousseff estenderam a área de

<sup>15</sup> BRICs é uma sigla que se refere a Brasil, Rússia, Índia, China, que se destacam no cenário mundial como países em desenvolvimento.

<sup>16</sup> O Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) é um mecanismo que busca estimular o intercâmbio no campo da segurança entre os países que compõem a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), nomeadamente Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Chile, Guiana, Suriname e Venezuela.



atuação do Brasil pelo mundo e isso conduz o País a negociar com UE, EUA, BRIC, ASA, ASPA, CEDEAO e outros, vindo a ocupar uma posição de destaque no seio internacional.

Do exposto, e coerente com a H2 para a PD2, conclui-se, no âmbito do presente capítulo, que o modelo de inserção internacional do Brasil prioriza o multilateralismo, sendo parte deste as relações com os países sulamericanos e africanos. Esse multilateralismo marcante, estende as suas políticas e relações económicas a todos os países e organismos de interesse para o crescimento nacional.



### **3. A Política de Defesa Nacional e a Estratégia Nacional de Defesa**

O objetivo deste capítulo é construir um referencial teórico sobre a PDN e a END, verificando as respectivas abordagens sobre a S&D no âmbito do Atlântico Sul.

#### **a. A Política de Defesa Nacional**

Para efeito desta investigação, serão adotados os seguintes conceitos de segurança e defesa, previstos na PDN (2005, p. 2):

- “Segurança é a condição que permite ao País a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais;
- Defesa Nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas”.

A probabilidade de um conflito entre Estados nos dias de hoje, como o que ocorreu na 2ª Guerra Mundial, é muito pequena. No entanto, há que se considerar que as ameaças atuais à ordem mundial oscilam nos campos religioso, político, étnico e económico. Conforme a PDN (2005, p. 2), “neste século, poderão ser intensificadas disputas por áreas marítimas, pelo domínio aeroespacial e por fontes de água doce e de energia, cada vez mais escassas. Tais questões poderão levar a ingerências em assuntos internos, configurando quadros de conflito”.

Essa preocupação a nível internacional não descarta a identificação de inquietações também no âmbito regional no qual o Brasil se insere, no subcontinente da América do Sul, e, nesse contexto, têm-se que, “buscando aprofundar seus laços de cooperação, o País visualiza um entorno estratégico que extrapola a massa do subcontinente e incluiu a projeção pela fronteira do Atlântico Sul e os países limítrofes da África” (PDN, 2005, p. 3).

Esse pensamento conduz ao estabelecimento de procedimentos por parte do governo brasileiro que contribuam de certa forma para reduzir a possibilidade de surgimento de conflitos no chamado “entorno estratégico” do país. Entre tais procedimentos e no texto da PDN (2005, p. 3) destacam-se: “o fortalecimento do processo de integração, a partir do MERCOSUL; o estreito relacionamento entre os países amazônicos, no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA); a intensificação da cooperação e do comércio com países africanos, facilitada pelos laços étnicos e culturais; e a consolidação da ZOPACAS”.

Observa-se como uma das prioridades no âmbito internacional e regional as



relações com os países da África, os países lusófonos e a preocupação com a segurança marítima no Atlântico Sul. A PDN (2005, p. 4) destaca ainda que “o planeamento da defesa inclui todas as regiões e, complementarmente, prioriza a Amazónia e o Atlântico Sul pela riqueza de recursos e vulnerabilidade de acesso pelas fronteiras terrestre e marítima”.

É nesse contexto e com os olhos para o passado que se identifica no texto da PDN (2005, p. 4) que “o mar sempre esteve relacionado com o progresso do Brasil, desde o seu descobrimento. A natural vocação marítima brasileira é respaldada pelo seu extenso litoral e pela importância estratégica que representa o Atlântico Sul”. O mar que aproximou Portugal e o Brasil no passado requer hoje o fortalecimento de uma parceria via CPLP.

Em termos de orientações estratégicas tem-se que “em virtude da importância estratégica e da riqueza que abrigam, a Amazónia brasileira e o Atlântico Sul são áreas prioritárias para a Defesa Nacional” (PDN, 2005, p. 7). A preocupação com a região exige o desenvolvimento de capacidades, e é nesse sentido que o texto da PDN (2005, p. 7) aborda que “no Atlântico Sul, é necessário que o País disponha de meios com capacidade de exercer a vigilância e a defesa das águas jurisdicionais brasileiras, bem como manter a segurança das linhas de comunicações marítimas”.

Para se alcançarem os objetivos estratégicos baseados nas orientações estratégicas supracitadas, há que se observar as seguintes diretrizes estratégicas: “aumentar a presença militar nas áreas estratégicas do Atlântico Sul e da Amazónia brasileira; e intensificar o intercâmbio com as Forças Armadas das nações amigas, particularmente com as da América do Sul e as da África, lindeiras ao Atlântico Sul” (PDN, 2005, p. 7).

Sardenberg (1996) diz que, “a principal inovação conceitual da PDN é no momento que esta afirma a necessidade de uma política de defesa sustentável, onde se correlacionem [...] a segurança do Estado e o bem-estar da sociedade. [...] As necessidades de defesa do país estão intimamente imbricadas com a construção de um modelo de desenvolvimento que fortaleça a democracia, reduza as desigualdades sociais e os desequilíbrios regionais” (Sardenberg, p. 115, 1996).

Como infere Migon (2011) sobre a PDN, “de mais positivo, verifica-se que busca incorporar à atenção os espaços da Amazónia Azul e a África, assim como se ocupa de aspectos da Segurança, quer Coletiva quer Cooperativa”.

Por fim, a PDN (2005, p. 6) infere que “a atuação do Estado brasileiro em relação à defesa tem como fundamento a obrigação de contribuir para a elevação do nível de segurança do País, tanto em tempo de paz, quanto em situação de conflito. A vertente





preventiva da Defesa Nacional reside na valorização da ação diplomática como instrumento primeiro de solução de conflitos e numa postura estratégica baseada na existência de capacidade militar com credibilidade, apta a gerar um efeito dissuasório”.

Assim, verifica-se que a PND, nas abordagens de S&D, incentiva a aproximação do Brasil com os países limítrofes ao Atlântico Sul, principalmente por intermédio do fortalecimento da ZOPACAS e da CPLP, pelos laços étnicos e culturais existentes.

#### **b. A Estratégia Nacional de Defesa**

O ex-Ministro da Defesa do Brasil, Nelson Jobim, na nota de entrega da END ao então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no ano de 2008, inferiu que “o Brasil desfruta, a partir de sua estabilidade política e económica, de uma posição de destaque no contexto internacional, o que exige nova postura no campo da Defesa. À sociedade caberá, por intermédio de seus representantes do sistema democrático e por meio da participação direta no debate, aperfeiçoar as propostas apresentadas” (END, 2008, p. 5).

A END é um retrato do país e descreve em claras palavras que “o Brasil é pacífico por tradição e por convicção. Vive em paz com seus vizinhos. Rege suas relações internacionais, dentre outros, pelos princípios constitucionais da não intervenção, defesa da paz e solução pacífica dos conflitos. Esse traço de pacifismo é parte da identidade nacional e um valor a ser conservado pelo povo brasileiro” (END, 2008, p. 8).

No entanto, e coerente com o afirmado por Mattos (1975), tem-se segundo END (2008, p. 8) que, “o Brasil ascenderá ao primeiro plano no mundo sem exercer hegemonia ou dominação. O povo brasileiro não deseja exercer mando sobre outros povos. Quer que o Brasil se engrandeça sem imperar. Porém, se o Brasil quiser ocupar o lugar que lhe cabe no mundo, precisará estar preparado para defender-se não somente das agressões, mas também das ameaças. Vive-se em um mundo em que a intimidação tripudia sobre a boa fé. Nada substitui o envolvimento do povo brasileiro no debate e na construção da sua própria defesa”. Esse é um aspeto basilar para o Brasil, “crescer sem imperar”.

Nesse contexto, a END (2008) baseia-se nas seguintes diretrizes estratégicas:

- “Dissuadir a concentração de forças hostis nos limites das águas jurisdicionais brasileiras”, o que demonstra preocupação com ocorrências nas águas do Atlântico Sul;
- “Organizar as Forças Armadas (FFAA) sob a égide do trinómio monitoramento/controle, mobilidade e presença”, para ter condições de atuar quando necessário;
- “Desenvolver as capacidades de monitorar e controlar as águas jurisdicionais brasileiras”, mantendo dessa forma a prontidão da tropa;





- “Desenvolver, lastreado na capacidade de monitorar/controlar, a capacidade de responder prontamente a qualquer ameaça ou agressão: a mobilidade estratégica”;
- “Fortalecer três setores de importância estratégica: o espacial, o cibernético e o nuclear”. O Brasil tem compromisso – decorrente da Constituição Federal e da adesão ao TNP – com o uso estritamente pacífico da energia nuclear. Entretanto, afirma a necessidade estratégica de desenvolver e dominar essa tecnologia. Conforme a END (2008), “o Brasil precisa garantir o equilíbrio e a versatilidade da sua matriz energética e avançar em áreas que podem se beneficiar da tecnologia de energia nuclear. E levar a cabo, entre outras iniciativas em matéria de energia nuclear, o projeto do submarino de propulsão nuclear”;
- “Reposicionar os efetivos das três Forças. A esquadra da Marinha do Brasil (MB) concentra-se na cidade do Rio de Janeiro. As preocupações mais agudas de defesa estão, porém, no Norte, no Oeste e no Atlântico Sul”. Esse reposicionamento das FFAA permitirá um maior equilíbrio e uma resposta mais imediata à qualquer eventualidade;
- “Estimular a integração da América do Sul. Essa integração não somente contribuirá para a defesa do Brasil, como possibilitará fomentar a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de defesa. Afastará a sombra de conflitos dentro da região”. Essa é, no âmbito da presente investigação, a diretriz estratégica mais importante, pois permite compreender, sob a égide da END, o motivo que leva o Brasil a se aproximar dos países sul-americanos;
- “Diante de eventual degeneração do quadro internacional, o Brasil e suas FFAA deverão estar prontos para tomar medidas de resguardo do território, das linhas de comércio marítimo e plataformas de petróleo e do espaço aéreo nacionais. Serão buscadas parcerias com outros países, com o propósito de desenvolver a capacitação tecnológica e a fabricação de produtos de defesa nacionais, de modo a eliminar, progressivamente, a compra de serviços e produtos importados”.

Entre tais parcerias, identifica-se por exemplo a integração entre Brasil e Portugal no Projeto KC-390, onde a Empresa Brasileira de Aeronáutica, S.A. (EMBRAER) e “as empresas portuguesas Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A. (OGMA) e Empresa de Engenharia Aeronáutica (EEA) vão participar na construção do novo avião militar brasileiro. Portugal desenvolverá, sob a coordenação da Empresa de Engenharia Aeronáutica e através do Centro para a Excelência e Inovação na Indústria Automóvel (CEIIA), o projeto de engenharia de três segmentos do avião de transporte militar. Os componentes serão fabricados em Portugal pela OGMA, que também produzirá a fuselagem central da aeronave. O EMBRAER KC-390 é um projeto de aeronave para



transporte tático/logístico e reabastecimento em vôo que estabelece um novo padrão para o transporte militar médio, tendo sido desenvolvido para responder aos requisitos operacionais da Força Aérea Brasileira (FAB). Este será o segundo projeto da EMBRAER em Portugal que está a avançar com um investimento de 148 milhões de euros em duas fábricas de componentes em Évora” (Boas Notícias, 2011).

Com base nessas diretrizes, os ramos receberam objetivos estratégicos e táticos. No contexto do Atlântico Sul, “a prioridade é assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer concentração de forças inimigas que se aproxime do Brasil por via marítima, com foco na defesa pró-ativa das plataformas petrolíferas; na defesa pró-ativa das instalações navais e portuárias, dos arquipélagos e das ilhas oceânicas nas águas jurisdicionais brasileiras; na prontidão para responder à qualquer ameaça, por Estado ou por forças não convencionais ou criminosas, às vias marítimas de comércio” (END, 2008, p. 20).

Assim, baseado na END (2008) e visando atingir as diretrizes e os objetivos estratégicos nela traçados, as FFAA deverão propor a distribuição espacial das instalações militares e a quantificação dos meios necessários de maneira a possibilitar: “que o Sistema de Defesa Nacional disponha de meios que permitam o aprimoramento da vigilância; o controlo do espaço aéreo, das fronteiras terrestres, do território e das águas jurisdicionais brasileiras; e da infraestrutura estratégica nacional”; e ainda “o aumento da presença militar nas áreas estratégicas do Atlântico Sul e da região amazônica”.

Conforme infere Migon (2011) sobre a END, “buscando aspetos positivos, um destaque basilar é para a própria existência do documento, construído com o apoio de ampla consulta à sociedade. Assim sendo, se criticável enquanto documento efetivamente útil quer à Segurança quer à Defesa, por outro lado contribuiu de forma relevante ao amadurecimento do relacionamento institucional, sendo importante marco para a agenda das políticas públicas de S&D. Em 2012, e a partir daí em ciclos quadrienais, o Executivo deverá apresentar atualizações do cenário estratégico, da PDN e da própria END”, o que certamente permitirá “clarificar o relacionamento do Brasil com os principais atores internacionais, parceiros estratégicos (CPLP, Mercosul, etc.) e países do entorno regional, tanto considerando-se o entorno Sul-americano quanto o Atlântico Sul”.

O que se espera com a publicação da END (2008) é que as questões de defesa sejam colocadas na agenda nacional e que a formulação de um planeamento de longo prazo para a defesa do País se torne uma realidade. Pretende-se ainda que o compromisso “com os valores maiores da soberania, da integridade do património e do território e da unidade nacionais” aconteçam dentro de um “amplo contexto de plenitude democrática e de



absoluto respeito aos nossos vizinhos, com os quais mantemos e manteremos uma relação cada vez mais sólida de amizade e cooperação” (END, 2008, p. 6). PDN e END enfocam a importância de FFAA capazes de guarnecer o Atlântico Sul das “novas ameaças”.

Do exposto, e coerente com a H3 para a PD3: conclui-se, no âmbito do presente capítulo, que a PDN e a END, “apesar de criticáveis enquanto documentos”, abordam temas sobre S&D, além de incentivarem o fortalecimento das relações entre os países e organismos internacionais que privilegiam o Atlântico Sul.



#### **4. A perspetiva tridimensional do Brasil para o Atlântico Sul no âmbito da S&D**

A relevância em se estudar os acordos de cooperação no âmbito do Atlântico Sul decorre do papel do Estado em si, enquanto formulador de política externa com outros países e enquanto país emergente que busca um espaço multipolar no mundo globalizado. Nesses acordos, no que concerne ao presente estudo, destacam-se a ZOPACAS, a CPLP e o IBAS.

##### **a. A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)**

“Em 1986, o meu governo propôs à ONU a criação de uma Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. Esta proposta, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 27 de outubro daquele ano, por meio da Resolução n.º 41/11<sup>17</sup>, torna o Atlântico Sul uma zona de paz, livre de armas nucleares. Esta resolução do Brasil teve 124 votos a favor e um único voto contra, o dos EUA. Nossa preocupação permanece válida. Ninguém impedirá navios americanos de navegar em todos os mares internacionais, mas não posso concordar que transitem por aqui com armas nucleares. E todos eles as têm. Essa deve, objetivamente, ser a posição do Brasil: ver cumprida a resolução aprovada pela ONU em 1986. Necessitamos desta clara garantia” (Sarney, 2008).

O objetivo principal da ZOPACAS, segundo Santiago (2011c), “refere-se às questões de prevenção geográficas da proliferação de armas nucleares. Os membros buscam formas de integração e colaboração regional, tais como a cooperação económica e comercial, científica e tecnológica, política e diplomática e em segurança e defesa”. A organização encontra-se, atualmente, integrada por 24 países, abaixo listados:

- América do Sul: Argentina, Brasil e Uruguai;
- África Meridional: África do Sul, Angola e Namíbia;
- África Equatorial: Camarões, Congo, Guiné Equatorial, Gabão, Nigéria, República Democrática do Congo e São Tomé e Príncipe;
- África Ocidental: Benim, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Senegal, Serra Leoa e Togo.

Conforme Santiago (2011c), “a ZOPACAS foi desenvolvida num contexto no qual a Guerra-Fria se encaminhava para o seu fim. Os programas iniciais de cooperação militar, económica e cultural foram ampliando-se para discussões de problemas estruturais dos Estados associados, fundamentalmente os vinculados à estabilidade democrática,

---

<sup>17</sup> A/RES/41/11. 27 October 1986. 50th plenary meeting. Declaration of a Zone of Peace and Cooperation in the South Atlantic. Declaração da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. Disponível em: <http://www.un.org/documents/ga/res/41/a41r011.htm>, [Consult. 23 jan. 2011].



desenvolvimento económico e meio ambiente, assuntos negligenciados nos mais altos fóruns de diálogo mundial. É exatamente o pós Guerra-Fria que irá incrementar as discussões propostas pela ZOPACAS, num momento em que se começava a dar atenção cada vez maior aos conceitos de regionalização e globalização, que vinham substituindo o ambiente bipolar de disputa entre EUA e União Soviética”.

A ZOPACAS valoriza o potencial de área estratégica do Atlântico Sul (fonte extra de recursos naturais), que sempre constituiu uma importante rota comercial mundial, conectando os EUA e a Europa à Ásia. Além disso, tal união busca fortalecer a posição dos 24 países integrantes no contexto internacional e ainda proteger o espaço de projeção do poder naval dos mesmos.

É importante ressaltar que um dos principais objetivos da ZOPACAS é o de manter a paz entre todos os países integrantes. Esse aspeto, no entanto, conforme Marcello (2011) “não significa que os países da região devam desmilitarizar-se, reduzindo a sua atuação militar. Pelo contrário, tais países devem desenvolver as suas respectivas Marinhas para que o Atlântico Sul não seja militarizado por potências extra-regionais. Assim, seria uma oportunidade para os países membros da Zona desenvolverem um poder naval conjunto, constituindo-se deste modo num meio de defender a região. Isto só será possível com a modernização das frotas. Entretanto, tal modernização não deve levar a uma corrida armamentista nem à presença de armas nucleares. Em suma, a ZOPACAS é uma forma, legitimada pela comunidade internacional, de incentivar a evolução da tecnologia naval com fins pacíficos”.

A ZOPACAS comprometeu-se, por meio de tratados, a fazer da área uma zona que não produz ou armazena armas nucleares, assim todos os membros assinaram em 1995 o TNP. Todavia, a partir de 2007, os Estados membros tiveram o direito de desenvolver pesquisas, produção e utilização com fins pacíficos da energia nuclear. De acordo com De Souza (s.d.), “isso demonstra os interesses desses Estados em aprimorar essa tecnologia para fins pacíficos. Dessa forma, o anseio em desenvolver a energia nuclear é para atender às necessidades internas, como a crescente produção energética. O que menos se deseja é desestabilizar a região ou constituir uma ameaça ao mundo. É um esforço que reforça os laços entre os países que compõem a bacia do Atlântico Sul”.

Recentemente, na Mesa Redonda<sup>18</sup>, em Brasília, identificaram-se, como “áreas passíveis de desenvolvimento de projetos comuns de cooperação, entre outras:

<sup>18</sup> Ministério das Relações Exteriores (MRE), 2010. Nota nº 716. Mesa Redonda da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). Brasília, 6 e 7 de dezembro de 2010.



mapeamento e exploração dos fundos marinhos, proteção e preservação de recursos marinhos, transporte marítimo e aéreo, segurança portuária, cooperação em matéria de defesa, segurança marítima e combate a crimes transnacionais” (MRE, 2010).

A cooperação na área da defesa insere-se na intensificação do relacionamento do Brasil com o continente africano em termos gerais, promovida desde o Governo Lula. Nesse sentido, o principal diferencial tem sido o alto grau de prioridade que os mais diversos órgãos do Estado brasileiro têm dado à cooperação com a África nesta matéria.

Nos últimos anos, foram assinados Acordos de Cooperação no Domínio da Defesa com seis países africanos integrantes da ZOPACAS (África do Sul, Angola, Namíbia, Guiné Equatorial, Nigéria, Senegal). Dentre tais destacam-se, conforme MRE (2011):

- “Formação militar - O Brasil está apoiando a criação do Corpo de Fuzileiros Navais da Namíbia, com cerca de 600 militares, e o envio de instrutores para o Centro de Aperfeiçoamento para Ações de Desminagem e Despoluição em Uidá, Benin, desde 2009;
- Levantamento de plataforma continental - O Brasil está realizando o levantamento da plataforma continental namibiana, por meio de contrato comercial com este país;
- Doações - O Governo brasileiro doou uma embarcação à Marinha da Namíbia;
- Operações comerciais - Compra de navio-patrolha brasileiro pela Namíbia (em 2009); o contrato assinado para a compra de quatro lanchas-patrolha brasileiras pela Namíbia, e o protocolo de intenção para a venda de uma corveta brasileira à Guiné-Equatorial;
- Ciência e tecnologia na área militar - Brasil e África do Sul estão a desenvolver conjuntamente um novo modelo de míssil ar-ar (Projeto A-DARTER), com investimento brasileiro de US\$ 50 milhões. Estão em discussão possibilidades de trabalho conjunto em outros temas, como o desenvolvimento de um avião cargueiro, de um míssil terra-ar e de veículos aéreos não-tripulados. Além disso, estão sendo analisadas possibilidades de cooperação em pesquisa e desenvolvimento militares com a Argélia”.

Deste modo, e de acordo com o abordado por Ribeiro (2011, p. 13), “a funcionalidade da ZOPACAS reside, portanto, mais na aproximação e nos vínculos de confiança mútua entre os países da região, sem que isso criasse uma área marítima com dinâmica própria, do que na coerção externa. Por outro lado, a Zona de Paz e Cooperação permanece um instrumento válido para o desenvolvimento de iniciativas conjuntas não apenas no âmbito económico, mas principalmente na defesa das riquezas da Plataforma Continental tanto sul-americana como africana. A cooperação em diversas áreas, inclusive militar, estabelece um ambiente de confiança mútua capaz de garantir os fundamentos de uma paz estável entre os países circunscritos pelo Atlântico Sul. No plano externo, o



estreitamento do vínculo entre tais países em termos de força política, colabora para se atingir os objetivos de segurança e soberania no espaço marítimo (Ribeiro, 2011, p. 13).

Observa-se portanto, que a ZOPACAS tem sido um fórum privilegiado em termos de cooperação. A intensificação da cooperação na área de defesa tem resultado numa presença comercial crescente da indústria de defesa brasileira em África. A esse respeito, merece menção a constante preocupação do Brasil em possibilitar de forma simultânea aos países integrantes acesso à paz no âmbito do Atlântico Sul, assim como um reaparelhamento militar compatível com as condições vigentes em cada país. A ZOPACAS configura-se hoje um caminho possível, em termos de S&D, para se atingir a tão preterida 'normalidade' no Atlântico Sul. No entanto, não foram identificadas ligações com outros Acordos de Cooperação voltados para o Atlântico Sul, nomeadamente CPLP e IBAS.

### **b. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)**

“No mundo pós-Guerra Fria, as bandeiras são importantes e o mesmo ocorre com outros símbolos de identidade cultural, incluindo cruces, luas crescentes e até mesmo coberturas de cabeça, porque cultura conta e a identidade cultural é o que há de mais significativo para a maioria das pessoas” (Huntington, 1997, p.18).

Nesse sentido, Marques (2011) ressalta a importância da língua portuguesa também como símbolo da identidade cultural e infere que “relevando a transparência de opinião de Huntington, o facto dos próprios latinos discutirem como encaixar os países latino-americanos no quadro mundial, é natural e, assim, eu também o faço. Uma sociedade em atividade e buscando crescimento não pode ter como certa a sua localização no mapa de civilizações, deve, de outra forma, criar parceiros e investir em relações que a fortaleçam e que fomentem o seu desenvolvimento. Por estas discordâncias e especificidades da cultura brasileira é que aponto um item diferenciador que foi ignorado na disposição de civilizações de Huntington, a língua portuguesa”.

Foi de acordo com o pensamento de Marques (2011), de que “a língua portuguesa foi o fator cultural em comum” e que, conforme Santiago (2011a), foi dado “o primeiro passo para a criação da CPLP em São Luís do Maranhão, em novembro de 1989<sup>19</sup>, durante o primeiro encontro de chefes de Estado e de Governo de países de língua portuguesa (na época não contava com Timor Leste, pois o atual país só alcançaria a sua independência

---

<sup>19</sup> Na página 8 e de acordo com Mattos (1975), o pioneirismo deu-se em 1962. Tal diferença explica o fato de cada autor buscar identificar uma origem em algo que existe desde sempre, que é a unicidade cultural estruturada na língua e cultura portuguesa.





em 2002). Do encontro, resultou a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), destinado à maior difusão do idioma português pelo mundo. A partir dessa primeira iniciativa, intensificaram-se os contatos entre os dirigentes dos sete países, dando origem, sete anos depois à atual comunidade, que tem como dirigente, um Secretário Geral, Domingos Simões Pereira, da Guiné-Bissau”.

A CPLP foi estabelecida em julho de 1996<sup>20</sup> e é integrada por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste (a partir de 2002). De acordo com o MRE (2011), tem-se que: “A CPLP constitui um foro privilegiado para o aprofundamento das relações entre seus Membros, que beneficiam de laços históricos, étnicos e culturais comuns. Baseada no princípio da solidariedade, a Comunidade concentra as suas ações em três objetivos gerais:

- A concertação político diplomática, na qual se destacam a coordenação de posições nos foros multilaterais, bem como a cooperação na área eleitoral, inclusive por meio de missões conjuntas de observadores nas eleições dos Estados membros;
- A cooperação em todos os domínios, que abrange a cooperação técnica, a qual tem priorizado a capacitação nas áreas de formação profissional, segurança alimentar, agricultura, saúde e fortalecimento institucional, entre outras; e as Reuniões Setoriais Ministeriais, nas seguintes áreas: Agricultura; Assuntos do Mar; Cultura; Defesa; Educação; Justiça; Juventude e Desporto; Meio Ambiente; Saúde; Trabalho e Assuntos Sociais; e do Turismo; e
- A promoção e difusão da língua portuguesa, na qual vale destacar o processo de adoção, em 2010, do Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa”.

Desde 2006, o Brasil é representado na Comunidade por meio de uma Delegação permanente, criada junto à sede da Organização em Lisboa, o que demonstra o interesse brasileiro em ter Portugal como parceiro fundamental nas atividades desenvolvidas pela CPLP.

A atuação da CPLP tem sido fundamental na busca pela unificação e cooperação educacional, económica, social, política, entre outras áreas, no seio dos países membros. Conforme Santiago (2011a), “foi importante sua participação construtiva em crises político-institucionais nos Estados Membros, particularmente em Timor Leste (2006 e 2008) e em Guiné-Bissau (2009 e 2010), além de Angola, ajudando a estabelecer diálogos

---

<sup>20</sup> I Conferência de Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa, em Lisboa (“Cimeira Constitutiva”), 1996.





entre entidades políticas beligerantes naqueles países, contribuindo para o fim de crises sociais e políticas”.

No âmbito da concertação político-diplomática do Brasil com a CPLP, destaca-se “o apoio concedido em 2004 (e reiterado em 2006, 2008 e 2010) a que o Brasil passe a ocupar assento permanente no CSNU, bem como o apoio dado, durante a Cúpula de Luanda (23/7/2010), à candidatura brasileira ao cargo de Diretor-Geral da FAO, em eleição realizada em 2011, com vitória brasileira. Foi o primeiro apoio internacional recebido pelo Brasil a esse cargo” (MRE, 2011).

No âmbito da cooperação, destacam-se, entre outros, os seguintes resultados: “formação de recursos humanos nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor Leste nas áreas de: concepção e elaboração de projetos para o desenvolvimento (concluído em 2004, com a formação de 103 especialistas); cooperação técnica internacional (formação, até 2010, de 563 especialistas); gestão em saúde pública (projeto que contou com o apoio da Fiocruz; e desporto (formação de 32 técnicos de futebol); e adoção da Estratégia da CPLP para os Oceanos (2010)” (MRE, 2011).

No âmbito das atividades em prol da promoção e difusão da Língua Portuguesa, destacam-se: “a conclusão, em 2010, do processo de revisão dos Estatutos do IILP, que deverá dotá-lo de estruturas e meios que lhe permitam ser um instrumento eficaz de promoção de políticas comuns e nacionais em relação à promoção e à difusão da Língua Portuguesa; a organização, pelo Brasil, da I Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial (Brasília 25 a 30/3/2010)” (MRE, 2011).

Conforme Marques (2011), “a CPLP está longe de alcançar o ideal 'espaço de cidadania'. Em 14 anos pouco foi feito para que este bloco funcionasse como na teoria. Contudo, reconhecer a possibilidade de uma fortificação dos países membros por intermédio da Comunidade é de grande valia para novos passos a serem dados no âmbito internacional”.

É nesse aspeto e no facto de tanto o Brasil, como Portugal, e os PALOP gozarem de uma mesma origem linguística e cultural, que se acredita ser a CPLP o Fórum recomendado para se discutir e promover a temática de segurança do Atlântico Sul. O viés português de levar à OTAN os assuntos relativos ao 'quintal' lusófono, sul-americano e da porção ocidental de África, desvirtua os propósitos de cooperação no âmbito da Comunidade. A CPLP além de espaço de partilhamento cultural e de cidadania deve extrapolar para o campo da segurança e defesa de forma mais efetiva.



Nesse sentido, o ex-ministro da Defesa do Brasil, Nelson Jobim, em diversas oportunidades manifestou preocupação com a possibilidade de associação entre o Norte e o Sul do Atlântico, ressaltando a existência de características particulares na região do Atlântico Sul que conformam uma comunidade de interesses autónoma. Em intervenção na Conferência Internacional sobre o Futuro da Comunidade Transatlântica<sup>21</sup>, realizada em setembro de 2010 no IDN, em Lisboa, Jobim ressaltou que “as questões de segurança relacionadas às duas esferas do oceano Atlântico são distintas e, portanto, requerem respostas diferenciadas” (Jobim, 2010).

Posteriormente, na XII Reunião de Ministros da Defesa da CPLP<sup>22</sup>, Jobim novamente demonstrou preocupação por ações políticas concretas, como a Iniciativa para o Atlântico Sul, lançada em 2009 por Espanha e Portugal. Tal proposta tinha por objetivo promover a concertação política entre os países da costa atlântica da América do Sul, África e Europa com o propósito de impulsionar o papel do Atlântico Sul na governança mundial, identificando possíveis temáticas de cooperação.

Nos últimos anos, foram assinados Acordos de Cooperação no Domínio da Defesa com quatro países africanos integrantes da CPLP (Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe). Dentre tais destacam-se, conforme MRE (2011):

- “Formação militar - O Brasil oferece formação para militares de diversos países africanos, principalmente os de língua portuguesa, nas escolas militares brasileiras. Foi criado o Centro de Formação de Forças de Segurança em Guiné-Bissau, com investimento de US\$ 3 milhões por parte do Governo brasileiro, e está em instalação naquele país a Missão Brasileira de Cooperação Técnico-Militar (MBCTM), que deverá alcançar 10 integrantes;
- Levantamento de plataforma continental - O Brasil está prestando apoio técnico ao levantamento angolano, conforme estipulado por protocolo de intenções assinado entre os dois Ministérios da Defesa. Trocas de informações têm sido realizadas com diversos países, e o tema também vem sendo tratado no âmbito da CPLP;
- Doações - O Governo brasileiro doou quatro botes pneumáticos e 260 uniformes para a Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe, além de uniformes para as forças armadas da Guiné-Bissau. Merece destaque, nesse item, o apoio prestado pelo Brasil à reforma do

<sup>21</sup> Ministério da Defesa (MD, 2010a). Palestra do Ministro da Defesa do Brasil, Nelson A. Jobim no Encerramento da Conferência Internacional: *O Futuro da Comunidade Transatlântica*. IDN: Lisboa, 2010.

<sup>22</sup> XII Reunião de Ministros da Defesa Nacional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Brasília, novembro de 2010.



setor de segurança na Guiné-Bissau, no valor de US\$ 750 mil (2004-2005), canalizado através das Nações Unidas;

- Operações comerciais - Contrato assinado para a compra de seis aviões Super-Tucano por Angola”.

Observa-se portanto, que a CPLP está longe de atingir os objetivos da sua criação em termos de cooperação. A intensificação da integração na área de segurança e defesa torna-se necessária uma vez que a Organização conta com importantes atores no cenário internacional. A esse respeito, merecem menção a constante preocupação do Brasil em tentar fazer com que os assuntos relativos ao Atlântico Sul tenham na CPLP um fórum privilegiado.

A CPLP, assim como a ZOPACAS configura-se hoje como um caminho possível, em termos de S&D, para se atingir a tão preterida proteção necessária ao Atlântico Sul. No entanto, não foi identificada, no âmbito da CPLP, nenhuma política ou parceria voltada para a integração com outros Acordos de Cooperação voltados para o Atlântico Sul, nomeadamente ZOPACAS e IBAS.

### **c. O Fórum Índia-Brasil-África do Sul (IBAS)**

No que concerne ao Fórum IBAS, tem-se que as metas centrais propostas pela Declaração de Brasília em 2003<sup>23</sup> e que, conforme Santiago (2011b), “norteiam o grupo são: a aproximação de posição dos três países em instâncias multilaterais; desenvolvimento da cooperação comercial, científica e cultural no âmbito sul-sul e a democratização de esferas de tomada de decisão internacional”.

Dentre as cinco cúpulas de Chefes de Estado e de Governo, realizadas até ao momento, destaca-se por exemplo a segunda cúpula, na qual constou a Declaração de *Tshwane*<sup>24</sup>, com destaques para os seguintes assuntos:

- “Os líderes enfatizaram a necessidade de explorar as oportunidades de cooperação no setor de defesa, para o benefício comum dos três países;

---

<sup>23</sup> Declaração de Brasília - Os Ministros das Relações Exteriores do Brasil (Celso Amorim), da África do Sul (*Nkosazana Dlamini-Zuma*) e da Índia (*Yashwant Sinha*) reuniram-se em Brasília, a 6 de junho de 2003, dando prosseguimento a consultas anteriores e após conversações entre os Chefes de Estado e/ou de Governo de seus respectivos países por ocasião da Cúpula do G-8, em *Evian*.

<sup>24</sup> II Cúpula de Chefes de Estado e de Governo - O Primeiro-Ministro da Índia, Dr. *Mannmohan Singh*, o Presidente do Brasil, o Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, e o Presidente da África do Sul, o Senhor *Thabo Mbeki* se reuniram em *Tshwane*, na África do Sul, no dia 17 de outubro de 2007, para a Segunda Cúpula do Fórum de Diálogo IBAS.



- Ao sublinhar a importância da cooperação no setor de Ciência e Tecnologia (C&T), enfatizaram a necessidade de ação imediata para iniciar a implementação de projetos conjuntos de pesquisa. Saudaram a criação de um fundo de capital semente de US\$ 1 milhão, em cada país, para atividades de cooperação” (MRE, 2007).

Já na V Cúpula do Fórum de Diálogo IBAS, em Pretória, no dia 18 de outubro de 2011, destaca-se o abordado pelo Presidente da África do Sul, Jacob Zuma, pela Presidente Dilma Rousseff e pelo Primeiro-Ministro da Índia, Manmohan Singh relativamente ao exame de “temas de interesse global, especialmente os atuais desafios económico-financeiros, paz e segurança internacionais e desenvolvimento sustentável, no contexto da preparação para a Rio+20<sup>25</sup>. Também foi feito balanço das atividades dos grupos de trabalho setoriais do IBAS, que tratam de temas como defesa, energia e ciência e tecnologia, dentre outros” (MRE, 2011).

É possível identificar que o Fórum IBAS visa externar à comunidade internacional a sua visão do mundo, tratados em parâmetros similares entre os três Estados. A ideia de cooperação Sul-Sul, tratada por Santiago (2011b) como “uma inovação nas relações diplomáticas de todos os três países em desenvolvimento, criando um canal de maior intercâmbio entre nações do hemisfério sul, entre nações de destaque internacional em cada uma de suas regiões” é uma realidade.

Nesse sentido, verifica-se, por exemplo, alguns pontos de destaque no discurso dos três países, conforme Santiago (2011b): “a reforma dos mecanismos de tomada de decisão a nível global, em especial no tocante ao CSNU, além da política de subsídios agrícolas adotada pelos países mais desenvolvidos. Tal convergência leva os três a buscarem uma ordem internacional de caráter multipolar, que dê maior atenção às reivindicações dos países em desenvolvimento”.

Para além da importância do IBAS na edificação de uma instância de diálogo dedicada aos assuntos mais importantes para os países em desenvolvimento, por meio de uma conexão sul-sul, por um maior equilíbrio entre as vozes ativas nas relações

---

<sup>25</sup> Rio+20 - A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (UNCSD), que está sendo organizada em conformidade com a Resolução 64/236 da Assembleia Geral (A/RES/64/236), irá ocorrer no Brasil de 20 a 22 de junho de 2012 marcando o 20º aniversário da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), que ocorreu no Rio de Janeiro em 1992, e o 10º aniversário da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (WSSD), ocorrida em *Johannesburgo* em 2002. Com a presença de Chefes de Estado e de Governo ou outros representantes a expectativa é de uma Conferência do mais alto nível, sendo que dela resultará a produção de um documento político focado. Disponível em: <http://www.rio20.info/2012/sobre>, [Consult. 27 Jan. 2012].



internacionais e respectivos canais de diálogo, tem-se a cooperação em torno do Atlântico Sul no ramo da segurança e defesa.

Nesse sentido, identifica-se por exemplo a execução de um intercâmbio militar entre o Brasil, a Índia e a África do Sul na execução de um Exercício Militar no âmbito do Atlântico Sul (Operação Índia-Brasil-África do Sul no âmbito de suas Marinhas – IBSAMAR). “A IBSAMAR I ocorreu entre os dias 2 e 16 de maio de 2008, no litoral sul-africano, entre as cidades do Cabo e *Simon’s Town*, na África do Sul, e foi o primeiro exercício combinado reunindo as Marinhas do Brasil, da Índia e da África do Sul” (MD, 2010b).

A IBSAMAR II, “iniciada na cidade de *Durban* (9/9/2010), seguindo posteriormente para *Port Elizabeth* (14 a 22/09/2010) e a Cidade do Cabo (23 a 26/09/2010) contou, mais uma vez, com as Marinhas Indiana, do Brasil e Sul-Africana. A Frota Ocidental enviou os navios *INS Mysore*, *Tabar*, *Ganga* e *Aditya*. A Marinha Indiana liderou o planeamento dos exercícios em 2010. Os exercícios foram de Guerra Antissubmarino (ASW), *Vessel Boarding Search and Seizure* (VBSS), reabastecimento em alto-mar, defesa antiaérea etc. A África do Sul empregou navios, aeronaves e submarinos no exercício. Em 2013, o planeamento será responsabilidade da Marinha do Brasil” (Galante, 2010).

O IBAS tem alcançado resultados cada vez mais positivos. Na sua vertente política, o IBAS demonstra alto desempenho no que diz respeito à consulta e concertação. Os nove comunicados abrangentes sobre temas da agenda global constituem um repositório de posições comuns relativo à ampla gama de temas com mobilização de praticamente todos os setores das chancelarias. Esse exercício projetou com mais ênfase no cenário internacional posições individuais da Índia, do Brasil e da África do Sul, sempre que puderam ser encampadas pelo grupo, além de ter promovido, pela via do diálogo, entendimentos coletivos sobre diferentes questões.

Já no âmbito da Cooperação Setorial, tem-se que a cooperação entre os diferentes órgãos da administração pública, que se engajam nos projetos dos 16 Grupos de Trabalho do mecanismo, vem amadurecendo ao longo dos anos, o que permite afirmar que já se criou uma cultura de interação burocrática. Podem-se destacar as seguintes atividades recentes: o compromisso com o desenvolvimento de dois satélites do IBAS (SIBAS) recebeu impulso no plano técnico, e chegou-se à definição de março de 2013 como data para lançamento do primeiro artefato. Esse satélite servirá para estudos do clima espacial, para a agricultura, a navegação, o transporte aéreo e as telecomunicações.



Com isso, verifica-se que a busca da PEB pelo pragmatismo foi transferida para a obtenção e oferecimento de cooperação internacional, fazendo com que esse processo não se limitasse a angariar novos recursos económicos, mas se ampliasse também para laços políticos, diplomáticos e culturais.

Observa-se assim, que o IBAS tem sido um fórum extraordinário em termos de cooperação. A intensificação da mesma na área de defesa tem resultado numa presença comercial crescente da indústria de defesa brasileira na África do Sul e na Índia. No entanto, não há ligação do IBAS com outros Acordos de Cooperação voltados para o Atlântico Sul, nomeadamente ZOPACAS e CPLP.

Do exposto, e coerente com a H4 relacionada a PD4, conclui-se, no âmbito do presente capítulo, que as abordagens da ZOPACAS, CPLP e IBAS no âmbito da S&D para o Atlântico Sul abrangem áreas passíveis de desenvolvimento de projetos comuns de cooperação e estão voltadas para o reforço do sistema multilateral Sul-Sul. Há que se considerar no entanto, que não há, no âmbito dos três Acordos de Cooperação ZOPACAS, CPLP e IBAS, uma política única que integre o assunto de S&D em relação ao Atlântico Sul.



## Conclusões

O presente trabalho de investigação teve como base a pergunta de partida sobre as convergências entre os acordos de cooperação ZOPACAS-CPLP-IBAS e a política de segurança do Brasil para o Atlântico Sul. Como elemento de auxílio, foram delimitadas perguntas derivadas, que fruto da literatura consultada e análises realizadas, consolidaram-se como os conteúdos investigados, lembrando: Qual o enfoque geopolítico do Brasil para o Atlântico Sul? Qual o modelo de inserção internacional do Brasil? Quais as abordagens da PEB, da PDN e da END quanto ao Atlântico Sul? Quais as abordagens da ZOPACAS, CPLP e IBAS no âmbito da S&D para o Atlântico Sul?

Em relação ao enfoque geopolítico do Brasil para o Atlântico Sul, verificou-se que o Atlântico Sul, sendo o menos militarizado de todos os oceanos, é merecedor de atenção por parte dos países que sobre ele se debruçam. O novo *status* do Brasil no seio internacional, fruto do seu constante desenvolvimento e do imenso potencial em termos de recursos naturais que possui, traduz-se numa maior necessidade em termos de S&D, sobretudo nas Amazónias Verde e Azul.

A geopolítica é uma fonte de poder que, se corretamente aplicada no caso do Atlântico Sul, contribuirá para o desenvolvimento e para a S&D da região. Nesse sentido, há que se considerar a necessidade de instituir, de forma coletiva, um dispositivo de segurança capaz de garantir a utilização do mar e do ar no Atlântico Sul. Com uma incalculável fonte de riquezas naturais, a garantia de segurança no âmbito dessa região será mais efetiva se o papel de cada nação separadamente for unificado e vier a fortalecer as alianças já existentes, nomeadamente a ZOPACAS, a CPLP e o IBAS.

Acredita-se ser esse o caminho do sucesso para o Atlântico Sul. Criar, no âmbito da ZOPACAS, CPLP e IBAS, um mecanismo de cooperação em S&D que contemple o espaço geopolítico do Atlântico Sul, que tem na segurança económica dos seus recursos, o denominador comum entre os seus membros. Somente com a conjugação sistémica entre os Estados e em Acordos de Cooperação será possível fortalecer as ações junto ao sistema internacional, aumentando a capacidade de prevenir e lidar com possíveis crises na região banhada por aquele imenso oceano.

A afirmação deste mar assume uma importância militar determinante. A perspetiva tridimensional do Brasil para o Atlântico Sul, consubstanciada na ZOPACAS, na CPLP e no IBAS será o vínculo principal de um acoplamento estratégico entre a Europa [que pese a posição brasileira quanto às especificidades que diferenciam norte e sul do Atlântico, pelo caminho da CPLP (por intermédio de Portugal) é possível certo acoplamento





estratégico, com viés cooperativo e sem uma perspetiva assimétrica], a América (Brasil, Uruguai e Argentina) e a África. Sendo neste caso igualmente determinante: o alinhamento dos africanos, a posição portuguesa como veículo de afirmação europeia e o crescimento económico do Brasil para concretizar o ideal de S&D na região.

Em relação ao modelo de inserção internacional do Brasil, tem-se que o modelo adotado pelo Brasil prestigia a diversificação e a não-indiferença. Nesses termos, identificamos que o Brasil tem agido de maneira mais pragmática. O momento e a proatividade dos governos Lula e Rousseff convergem favoravelmente para bons resultados. Ao invés de uma mera retórica em favor, por exemplo, de uma nova geografia do comércio internacional, o País estabeleceu o foco no resultado e não no discurso para consumo interno e popular. Eis aqui, muito provavelmente, aquilo que viabilizou um projeto de inserção brasileiro mais corajoso e que tem sido traduzido em um crescimento mais consubstanciado, em busca de uma nova ordem mundial mais justa, de forma a diminuir as diferenças entre países ricos e países pobres.

O governo brasileiro identificou as oportunidades num momento adequado, optando pela diversificação das parcerias estratégicas internacionais com o Norte (tradicional mercado de oportunidades) e com o Sul (na medida em que Lula e Rousseff desembarcaram sem restrições e com maior desenvoltura na procura por novos mercados não tradicionais nesse eixo da PEB). A estratégia da autonomia pela diversificação tem levado a uma constante redução das diferenças nas relações externas com os países que detém o poder e tem ao mesmo tempo aumentado a capacidade de negociação do país no exterior.

Nesse sentido, a aproximação com a África e com o Oriente Médio foi desenvolvida de forma inovadora. Mais uma vez, o desenvolvimento nacional demonstrou passar do Norte ao Sul. A inovação é que o Sul passa a ser o destino final dos esforços da PEB e não mais uma mera rota complementar. A busca por novas parcerias estratégicas com nações emergentes tem resultado na ampliação de intercâmbios em diversos campos do conhecimento, caracterizando assim mais um traço da diversificação adotada pelo país.

Os factos falam por si só: o Brasil assumiu uma postura razoavelmente diferente de outras gestões, com um rol de novas e efetivas parcerias. Os números atuais demonstram que o País fez a opção correta e colhe os frutos. Recentemente, o Brasil passou a Grã-Bretanha e ocupa o posto de sexta maior economia do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, da China, do Japão, da Alemanha e da França. O horizonte é promissor, as





projeções de um Brasil potência vêm se confirmando e reforçam a necessidade de incrementos também no âmbito da S&D.

Lula e Dilma Rousseff visitaram (com propósitos definitivamente comerciais, ao lado de empresários brasileiros) lugares que nunca antes tinham sido visitados, e outros tantos que já tinham feito parte da agenda de compromissos presidenciais, porém com um teor muito mais protocolar. Há muito a concluir disso. Durante os dois mandatos de Lula e também no atual governo de Dilma, o Brasil seguiu engajado na política externa, no aprofundamento da integração da América do Sul, nos esforços de diversificação de parcerias internacionais e na democratização dos processos decisórios globais; e os resultados falam por si só, o Brasil cresce e se projeta no mundo como nunca antes na história do País.

O Brasil reitera a decisão de associar seu desenvolvimento económico, social e político ao da América do Sul e acredita poder, juntamente com os vizinhos sul-americanos, transformar a região, que é vista como um espaço de paz e crescente cooperação, numa componente essencial do mundo multipolar que se anuncia.

Em relação à PEB, a Presidente demonstrou que defenderá com vigor políticas económicas saudáveis e equilibradas nos fóruns multilaterais, protegendo o País da concorrência desleal e do fluxo indiscriminado de capitais especulativos e contribuindo para a estabilidade financeira internacional. Além disso, foi possível identificar uma intensa busca de resultados concretos na reforma do CSNU, com orientações para a presença brasileira no Conselho, na busca de soluções diplomáticas para desafios na esfera da paz e da segurança mundiais. Há necessidade de democratizar as relações entre os Estados e da mesma forma proporcionar a todos o acesso às mesmas oportunidades. Essa situação é condizente com a atual posição em que se encontra inserido o Brasil.

Relativamente às abordagens da PEB, da PDN, e da END, o cenário em relação à política de segurança do Brasil para o Atlântico Sul é mais confortável. É possível identificar o tema Atlântico Sul transversalmente na PEB, na PDN e na END. A questão demandou a apreciação do pensamento nacional sobre S&D como um todo, ainda que delimitado à esfera do Atlântico Sul. Verifica-se a nítida preocupação em destacar a preocupação do Estado com a S&D no Atlântico Sul. A questão porém não é totalmente esclarecedora uma vez que não determina qual viés deverá ser adotado pelo País para se concretizar o objetivo de transformar o Atlântico Sul num oceano seguro, qual seria por exemplo o Acordo Internacional que seria responsável pelas políticas de segurança para a região e quais os países que deveriam ser convidados a integrar tal Organismo.



A parceria entre Brasil e Portugal no desenvolvimento do Projeto KC-390 é um bom exemplo para a ampliação de atividades de cooperação, que ao mesmo tempo em que agregam novas tecnologias, solidificam relações de amizade forjadas ao longo de séculos entre os dois países.

Em consequência, objetivamente, à luz da PEB, da PDN e da END em vigor identifica-se que a designação das FFAA para um aumento da presença militar tanto no Atlântico Sul, quanto na região amazônica, caracteriza a priorização do Estado em relação ao aprimoramento do Sistema de Defesa Nacional para essas regiões. A reestruturação e o reposicionamento dos Ramos têm por objetivo deixar o país preparado para defender-se tanto das agressões quanto das ameaças.

Em relação às sugestões de aperfeiçoamento, tem-se que existe a necessidade de colocar os temas de S&D na agenda nacional, de forma a tornar o compromisso com soberania, integridade territorial e unidade nacional não direcionado apenas aos militares, mas sim a todos os cidadãos brasileiros. Além disso, há necessidade de se criar um Organismo único que congregue países e Acordos de Cooperação com interesses sobre o Atlântico Sul, para que dessa forma o planeamento e o controle de S&D do mesmo se torne uma realidade.

Em termos de Acordos de Cooperação, a ZOPACAS busca o fortalecimento dos 24 países que a integram, valorizando o potencial do Atlântico Sul e estimulando o desenvolvimento do poder naval de seus países e a cooperação entre os mesmos, de forma a se atingir uma capacidade naval conjunta como meio de defender a região. Com isso, tem-se verificado um incremento da presença comercial da indústria de defesa do Brasil em África.

No que diz respeito a CPLP, a união entre os 8 países recebe o reforço cultural da língua portuguesa, e se constitui em um ambiente privilegiado, com base na solidariedade e na cooperação em todos os domínios. O Brasil tem Portugal como um parceiro fundamental e reforça que as questões de segurança referentes ao Atlântico Sul devem ter na CPLP um fórum privilegiado e autônomo.

Já em relação ao IBAS, a aproximação de posição dos 3 países nos diversos fóruns internacionais, bem como as cooperações identificadas nos setores comerciais, científicos e tecnológicos e sobretudo no intercâmbio de defesa marítima, tem elevado o Fórum IBAS a níveis extraordinários de cooperação, com nítida ampliação da presença da indústria de defesa brasileira em solo indiano e sul-africano.



Em síntese, os acordos de cooperação, sobretudo a ZOPACAS, a CPLP e o IBAS, auxiliam na promoção internacional do Brasil, possibilitando, em especial, uma inserção mais consistente em países africanos e sul-americanos. A diversificação das relações externas brasileiras representa uma importante ferramenta de política externa e constitui-se como um compromisso de Estado, que se adapta às transformações e exigências tanto internas quanto do plano internacional, inclusive nos assuntos de S&D.

Assim sendo, encerra-se o presente documento, o qual se propôs a comunicar os resultados e entendimento pessoal acerca da perspectiva do Brasil em termos de S&D para o Atlântico Sul.

A resposta à pergunta de partida – *Quais as convergências entre os acordos de cooperação ZOPACAS-CPLP-IBAS e a política de segurança do Brasil para o Atlântico Sul?* – encontra-se respaldada na análise feita de cada um dos citados Acordos e nas abordagens da PEB, da PDN e da END em relação ao Atlântico Sul. Há um direcionamento do Brasil para que os sistemas multilaterais, nomeadamente ZOPACAS, CPLP e IBAS, sejam reforçados e voltados também para os assuntos de S&D do Atlântico Sul; o desafio está em alinhar os pensamentos de tais acordos em torno da S&D do Atlântico Sul. No momento atual as iniciativas são isoladas e não integradas. Não há uma política única voltada para a S&D do Atlântico Sul no âmbito da ZOPACAS, da CPLP e do IBAS.

No entanto, a sinergia exigida pela unificação de políticas de S&D voltadas para o Atlântico Sul no âmbito dos três Acordos é uma questão a levantar. Os esforços na diminuição das diferenças entre o modo de agir estratégico e diplomático em relação ao Atlântico Sul contribuirão para a integração regional do mesmo. Um Organismo único e transversal à ZOPACAS, à CPLP e ao IBAS possuirá os instrumentos jurídicos institucionais necessários para se fazer frente ao tamanho dos desafios estratégicos dessa região, sendo portanto capaz de coordenar as políticas de S&D comuns para o imenso oceano Atlântico Sul.



## Referências Bibliográficas

Almeida, PR, 2011. *Geostratégia do Atlântico: uma visão do sul*. [Em linha] Disponível em: [http://www.ieei.pt/files/PauloRobertoAlmeida\\_Geostrategia\\_do\\_Atlantico\\_visao\\_do\\_Sul.pdf](http://www.ieei.pt/files/PauloRobertoAlmeida_Geostrategia_do_Atlantico_visao_do_Sul.pdf), [Consult. 9 Dez. 2011]

Amorim, C, 2005. *Relações Bilaterais*. [Em linha] Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-politicos-e-relacoes-bilaterais>, [Consult. 28 Dez. 2011]

Boas Notícias, 2011. [Em linha] Disponível em: <http://boasnoticias.clix.pt/mobile/noticias.php?id=9304>, [Consult. 2 Fev. 2012]

Castro, T, 1994. *Nossa América: Geopolítica Comparada*. Rio de Janeiro: BIBLIEX

Cervo, AL et al., 2002. *História da Política Exterior do Brasil*. 2ª ed. Brasília: Editora da UNB

Cervo, AL, 2001. *Relações Internacionais da América Latina: Velhos e Novos Paradigmas*. Brasília: IBRI

24ª Conferência Naval Interamericana, 2010. *Entendimento mútuo dos problemas marítimos que afetam o Continente Americano*. Marinha do Brasil (13 a 17 de setembro de 2010), na cidade do Rio de Janeiro. [Em linha]. Disponível em <http://www.naval.com.br/blog/2010/08/16/24%c2%aa-conferencia-naval-interamericana/#ixzz1iRn3L0We>, [Consult. 27 Dez. 2011]

De Souza, IG, s.d. *O Estigma da energia nuclear na defesa nacional: a ZPCAS e a Declaração de Luanda de 2007*. [Em linha] Disponível em: <http://mundoemar.blogspot.com/2011/06/zopacas-militarizacao-e-questao-nuclear.html>, [Consult. 3 Fev. 2012]

END, 2008. *Estratégia Nacional de Defesa*. [Em linha] Presidência da República: Casa Civil: Decreto n. 6.703, de 18 de dezembro de 2008. Disponível em: [http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia\\_defesa\\_nacional\\_portugues.pdf](http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf), [Consult. 28 Out. 2011]



Fontoura, L, 2001. *CPLP: a importância do Brasil no espaço lusófono*. Separata da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, n. 28. Lisboa: AICP

Fox, WTR, 1943. *As Superpotências*. EUA: Universidade de Columbia

Galante, 2010. *IBSAMAR 2010*. [Em linha] Brasil: Poder Naval. Disponível em: <http://www.naval.com.br/blog/2010/08/11/ibsamar-2010/#axzz1kgwcqNKZ>, [Consult. 27 Out. 2011]

Huntington, SP, 1997. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva

Jobim, AC, 2010. *Brasil deixa claro: Não queremos a OTAN no Atlântico Sul: A Era Brasil já começou*. [Em linha] Disponível em <http://sempreguerra.blogspot.com/2010/09/brasil-deixa-claro-nao-queremos-otan-no.html>, [Consult. 28 Nov. 2011]

Lima, MRS, 2005. *A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul*, Revista Brasileira de Política Internacional 48, I, 24-59. Rio de Janeiro: PUC

Lopes, DB et al., 2004. *Balanço sobre a Inserção Internacional do Brasil*. Revista Contexto Internacional, vol. 26, nº 2, 317-353. Rio de Janeiro: RCI

Lula, LIS, 2006. *Mensagem ao Congresso Nacional*. Brasília: Casa Civil da Presidência da República

Maciel, TM, 2010. *Cooperação Sul-Sul e Política Externa Brasileira*. São Paulo: Faculdade Santa Marcelina

Manual de Redação da Presidência da República, 2002. [Em linha] Brasília: 2ª ed. Disponível em: [http://www.vialex.com.br/texto\\_mrpr.asp?t=MRPR&n=MRPR&a=22](http://www.vialex.com.br/texto_mrpr.asp?t=MRPR&n=MRPR&a=22), [Consult. 29 Out. 2011]

Marcello, IP, 2011. *O Atlântico Sul como área de paz e cooperação; um incentivo ou uma limitação ao desenvolvimento do poder naval dos países da Região?* [Em linha] Disponível em: <http://mundoemar.blogspot.com/2011/06/zopacas-militarizacao-e-questao-nuclear.html>, [Consult. 3 Fev. 2012]

Matias, NV, 2010. *A Geopolítica do Atlântico Sul: Os Mares da Lusofonia. Conferência de Abertura*. Centro Cultural de Cascais, 21 e 22 de outubro de 2010. Lisboa: CCC



Mattos, CDM, 1975. *Brasil – Geopolítica e Destino*. Rio de Janeiro: BIBLIEX

Mattos, CDM, 2011. *Geopolítica*. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV

Migon, EXF, 2011. *Estratégia Nacional de Defesa do Brasil: situação atual e avanços necessários à formulação do conceito estratégico nacional*. Lisboa: IESM

Ministério da Defesa, 2004. *O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança: Pensamento Brasileiro sobre Defesa e Segurança, Vol. 2. Secretaria de Estudos e de Cooperação*. Brasília: MD. [Em linha] Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/colecao/brasil.pdf>, [Consult. 27 Out. 2011]

MD, 2010a. *O Futuro da Comunidade Transatlântica: Palestra do Ministro da Defesa do Brasil, Nelson A. Jobim, no Encerramento da Conferência Internacional*. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional

MD, 2010b. *Operações Navais*. [Em linha] Brasil: MD. Disponível em: [http://www.mar.mil.br/menu\\_v/operacoes\\_navais/Navais.htm](http://www.mar.mil.br/menu_v/operacoes_navais/Navais.htm), [Consult. 27 Out. 2011]

Ministério das Relações Exteriores, 2011. *Balanço da Política Externa do Brasil, 2003-2010*. [Em linha] Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/66868044/BALANCO-POLITICA-EXTERNA>, [Consult. 31 Jan. 2012]

MRE, 2008. *Atos Internacionais: Prática Diplomática Brasileira: Manual de Procedimentos*. p. 6. Brasília

MRE, 2010. *ZOPACAS*. [Em linha] Brasil: MRE. Disponível em: [http://en.mre.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=46&Itemid=322](http://en.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=46&Itemid=322), [Consult. 12 Abr. 2011]

Miyamoto, S, 1991. *A Inserção do Brasil no Sistema Internacional: São Paulo em perspectiva*. São Paulo: São Paulo

Neto, M, 2010. [Em linha] Disponível em: <http://sempreguerra.blogspot.com/2010/09/brasil-deixa-claro-nao-queremos-otan-no.html>, [Consult. 28 Nov. 2011]



Oliveira, ER de, 2006. *Considerações políticas sobre Defesa Nacional*. [Em linha] Com Ciência, Campinas, n. 75. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=12&id=101>,

[Consult. 19 Dez. 2011]

O'Neill, J, 2009. *Crise económica pode acelerar expansão dos BRIC's*. [Em linha] Entrevistado por Rogério Wassemann [televisão]. BBC Brasil, 30 Mar. 2009. Disponível em: [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/03/090330\\_entrevista\\_jimoneill\\_rw.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/03/090330_entrevista_jimoneill_rw.shtml), [Consult. 02 Jan. 2012]

PDN, 2005. *Política de Defesa Nacional*. [Em linha] Presidência da República: Casa Civil. Decreto n. 5484, de 30 de junho de 2005. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm), [Consult. 28 Out. 2011]

Ribeiro, CCL, 2011. *Cooperação para paz e Segurança Regional: o Brasil e o Atlântico Sul. III Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa "San Tiago Dantas"*. UNESP, UNICAMP e PUC/SP - 8 a 11 de novembro de 2011. ISSN 1984-9265. [Em linha] Disponível em: <http://www.unesp.br/santiagodantassp>, [Consult. 12 Jan. 2012]

Ricúpero, R, 1991. *A Inserção Internacional desejada e a possível para o Brasil. Coleção Documentos - Série Assuntos Internacionais, n. 12*. Instituto de Estudos Avançados. São Paulo: SAI

Rousseff, DV, 2011. *Mensagem ao Congresso Nacional: 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª legislatura*. Brasília: Presidência da República

Santiago, E, 2011a. *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)*. [Em linha] Brasil: InfoEscola. Disponível em: <http://www.infoescola.com/geografia/comunidade-dos-paises-de-lingua-portuguesa-cplp/>, [Consult. 23 Jan. 2011]

Santiago, E, 2011b. *Fórum Índia – Brasil – África do Sul (IBAS)*. [Em linha] Brasil: InfoEscola. Disponível em: <http://www.infoescola.com/geografia/forum-ibas/>, [Consult. 28 Jan. 2011]



Santiago, E, 2011c. *Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)*. [Em linha] Brasil: InfoEscola. Disponível em: <http://www.infoescola.com/geografia/zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul-zopacas/>, [Consult. 23 Jan. 2011]

Saraiva, JFS, 2010. *The new Africa and Brazil in the Lula era: the rebirth of Brazilian Atlantic Policy*. Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 53, 169-182. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais do Brasil

Sardenberg, RM et al., 1996. *Uma Política de Defesa Nacional Sustentável*. Revista Política Externa, v. 5, n. 3. Brasília: RPE

Verenhitach, GD et al., 2007. *O Brasil e a Cooperação Triangular Sul-Sul para o desenvolvimento: o caso do Haiti*. São Paulo: São Paulo

Vigevani, T et al., 2007. *A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação*. Revista Contexto Internacional, vol. 29, nº 2. Rio de Janeiro: RCI